



CRIANÇA

III RGPH/2009



TERCEIRO RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO DE 2009

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA

Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação de fontes bibliográficos

DIRECÇÃO

Carlos Mendes da Costa – Director Geral

Bessa Vitor da Silva – Director de Serviços das Estatísticas Demográficas e Sociais;
Coordenador e Director Técnico do RGPH

Roberto Vieira – Director de Serviços das Estatísticas Económicas e Financeiras

Braima Manafá- Director de Serviços de Planificação, Coordenação e Difusão

Simão Semedo – Chefe de serviços da Informática

Leonildo Gomes – Chefe de repartição da Administração e Finanças

Ficha técnica

Titulo:**Tiragem**

Criança

Edição 500 exemplares

Editor**Desenho Gráfico**

Instituto Nacional de Estatística

Oswaldo Cristo João Mendes

Av. Amílcar Cabral, Largo de Pindjiguiti, CP **Assistência técnica e financeira**

Nº 6, Bissau

UNFPA, PNUD, ABC,BGE

Tel. (00245) 320 45 94;

Fax: (00245) 320 48 88

E-mail: inec@mail.gtelecom.gw

Web:w.w.w.stat-guinebissau.com

NOTA AOS UTILIZADORES:

Os quadros estatísticos que se apresentam nesta publicação referem-se à população recenseada no período censitário. Pois, os resultados do inquérito pós-censitário mostraram que houve uma omissão de 4.6%. Nos efectivos que se apresentam não estão integradas estas omissões, pelo que se recomenda que para qualquer uso e para ter uma população exacta que se procedam à integração dessas populações omitidas.

O quadro em baixo indica as taxas de ponderação que podem ser utilizadas para correcção dos efectivos e que só podem ser aplicadas às regiões. Por razões ligadas a metodologia do inquérito pós censitário, a utilização destas taxas de ponderação para corrigir os efectivos a níveis geográficos inferior a região (Sector ou localidades), podem não garantir resultados fiáveis.

Neste âmbito, não é aconselhável a utilização das taxas de ponderação de cada região, para calcular as populações residentes nos sectores ou tabancas.

POPULACAO CORRIGIDA POR INQUERITO POS CENSITARIA

Région	Taxa de omissão	Taxa de ponderação	População residente nos agregados familiares	População residente Corrigida nos agregados familiares	População residente nos agregados colectivos (*)	População residente total
Tombali	0,0398318517	1,0398318517	91.089	94.717	222	94.939
Quinara	0,0432469366	1,0432469366	60.777	63.405	205	63.610
Oio	0,0397058722	1,0397058722	215.259	223.806	838	224.644
Biombo	0,0412259176	1,0412259176	93.039	96.875	245	97.120
B. Bijagos	0,0429609157	1,0429609157	32.424	33.817	746	34.563
Bafatá	0,0444410898	1,0444410898	200.884	209.812	195	210.007
Gabú	0,0467199505	1,0467199505	205.608	215.214	316	215.530
Cacheu	0,0382454945	1,0382454945	185.053	192.130	378	192.508
SAB	0,0609730971	1,0609730971	365.097	387.358	551	387.909
Total	0,0468554540	1,0468554540	1.449.230	1.517.134	3696	1.520.830

(*) Orfanatos e casas religiosas

Os efectivos aqui publicados são os indivíduos corrigidos recenseados em 15 de Março de 2009, e os ajustes efectuados tiveram em conta as taxas de omissões observadas em cada região. Neste sentido, deve-se ter em conta a taxa de crescimento natural, quando se pretender realizar as possíveis projecções demográficas da população.

NB: Neste trabalho foi considerado a população não corrigida.

ÍNDICE SISTEMÁTICO

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS.....	6
LISTA DOS QUADROS E GRÁFICOS.....	7
INTRODUÇÃO	11
I CONTEXTO.....	14
1.1 CONTEXTO SOCIOCULTURAL	14
1.2. ESTRUTURA LEGAL DA PROTECÇÃO DA CRIANÇA.....	16
1.2.1 <i>Enquadramento Legal da Criança</i>	16
1.2.2. <i>Intervenientes e Redes de Serviços para apoio à criança</i>	18
1.2.3. <i>Acordos e Convenções Internacionais ratificados pelo Governo da Guiné-Bissau</i>	19
II CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	22
III CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS	27
3.1. VOLUME E REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO	27
3.2. IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS CRIANÇAS POR MEIO DE RESIDÊNCIA.....	29
3.3. IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS CRIANÇAS A NÍVEL DAS REGIÕES	29
3.4. ESTRUTURA POR SEXO E IDADE	33
3.6. EVOLUÇÃO DAS CRIANÇAS SEGUNDO OS CENSOS DE 1991 E 2009	36
IV CONTEXTO FAMILIAR E CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS	38
4.1 RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR (CAF).....	38
4.2. AS CRIANÇAS NOS DIVERSOS TIPOS DE AGREGADOS.....	44
4.3. CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS.....	46
NESTE SUBCAPÍTULO PRETENDE-SE SABER EM QUE MEDIDA AS CRIANÇAS QUE NÃO VIVEM COM NENHUM DOS PROGENITORES SÃO DISCRIMINADAS OU NÃO EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO, COMPARATIVAMENTE ÀQUELAS CRIANÇAS QUE SÃO FILHOS OU PARENTES DO CAF.	46
4.3.1 <i>Alfabetização</i>	46
4.3.2 <i>. Frequência escolar</i>	49
4.4 REPARTIÇÃO DAS CRIANÇAS SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO CAF	51
4.5. CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS	54
V CRIANÇAS EM CIRCUNSTÂNCIAS PARTICULARMENTE DIFICEIS.....	56
A- POPULAÇÃO NÃO ESCOLAR.....	56
A.1. REPARTIÇÃO POR SEXO	56
A.2- ESTRUTURA POR SEXO E IDADE.....	57
A.3. REPARTIÇÃO ESPACIAL	60
A.3.1. <i>Análise a nível do meio de residência</i>	60

B.1. CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS SEGUNDO CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO	64
B.2. ESTRUTURA POR SEXO E IDADE DAS CRIANÇAS EMPREGADAS E DESEMPREGADAS	66
B.3. REPARTIÇÃO ESPACIAL	68
B.4. CRIANÇAS EMPREGADAS SEGUNDO RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O CAF	72
B.5. PERFIL DAS CRIANÇAS EMPREGADAS	76
<i>B.5.1. Frequência escolar</i>	76
C. POPULAÇÃO DOS 12-17 ANOS NÃO SOLTEIRA	78
C.1. REPARTIÇÃO POR ESTADO CIVIL.....	78
C.2. ESTRUTURA POR SEXO E IDADE.....	80
C.3. REPARTIÇÃO POR REGIÃO	81
C.4. FREQUÊNCIA ESCOLAR E NÍVEL DE INSTRUÇÃO DAS RAPARIGAS NÃO SOLTEIRAS	82
D. CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA	84
D.1. VOLUME E REPARTIÇÃO POR SEXO.....	84
D.2. ESTRUTURA POR SEXO E IDADE.....	85
D.3. REPARTIÇÃO ESPACIAL	86
D.4. TIPOS DE DEFICIÊNCIA	88
D.5. FREQUÊNCIA ESCOLAR	89
CONCLUSÃO	91
BIBLIOGRAFIA.....	93

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

AMIC- Associação dos amigos das crianças

CAF- Chefe do agregado familiar

CEDAW – Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação

CDC- Convenção dos Direitos da Criança

EBU- Ensino básico unificado

IMC- Instituto da Mulher e da Criança

INE- Instituto Nacional de Estatística

MICS- Inquérito aos indicadores múltiplos

ODM- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS- Organização Mundial de Saúde

ONG- Organização não governamental

PLAN-GB – Organização não governamental de defesa dos direitos da criança

RGPH- Recenseamento geral da população

SAB- Sector autónomo de Bissau

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

VIH/SIDA- Síndrome de imunodeficiência adquirida

Lista dos Quadros e Gráficos

QUADROS

Quadro 1: Importância relativa das crianças segundo o sexo por meio de residência

Quadro 2: Importância relativa das crianças segundo o sexo por região

Quadro 3: Importância relativa das crianças segundo meio de residência por região

Quadro 4: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para crianças

Quadro 5: Evolução das crianças por idade (Censos de 1991 e 2009)

Quadro 6: Repartição das crianças segundo a relação de parentesco com o CAF por idade

Quadro 7: Repartição das crianças segundo relação de parentesco com o CAF por sexo

Quadro 8: Repartição das crianças segundo relação de parentesco com o CAF por região

Quadro 9: Repartição das crianças de 6-17 anos segundo relação de parentesco com o CAF e meio de residência por alfabetização

Quadro 10: Repartição das crianças de 6-17 anos segundo relação de parentesco com o CAF e meio de residência por frequência escolar

Quadro 11: Repartição das crianças que são filhos ou sem parentesco do CAF segundo nível de instrução do CAF por meio de residência

Quadro 12: Indicadores das condições de vida das crianças segundo meio de residência (%)

Quadro 13: Repartição das crianças de 6-17 anos que se encontram fora do sistema escolar por sexo

Quadro 14: Repartição das crianças de 6-17 anos que nunca frequentaram uma escola segundo sexo por grupos etários

Quadro 15: Repartição das crianças de 6-17 anos que frequentaram uma escola segundo sexo por grupos etários

Quadro 16: Repartição das crianças de 6-17 anos que nunca frequentaram uma escola segundo sexo por meio de residência

Quadro 17: Repartição das crianças de 6-17 anos que frequentaram uma escola segundo sexo por meio de residência

Quadro 18: Incidência das crianças que se encontram fora do sistema escolar segundo sexo por região

Quadro 19: Repartição das crianças de 6-17 anos, empregadas e desempregadas por sexo

Quadro 20: Estrutura por sexo e idade das crianças de 6-17 anos, empregadas e desempregadas

Quadro 21: Repartição das crianças de 6-17 anos, empregadas segundo sexo por meio de residência

Quadro 22: Repartição das crianças dos 6-17 anos, desempregadas segundo sexo por meio de residência

Quadro 23: Incidência das crianças de 6-17 anos, empregadas e desempregadas segundo sexo por região

Quadro 24: Repartição das crianças de 6-17 anos, segundo relação de parentesco com o CAF e sexo por actividade económica

Quadro 25: Proporção das crianças de 6-17 anos, segundo relação de parentesco com o CAF e meio de residência por condição perante a actividade económica

Quadro 26: Repartição das crianças de 6-17 anos, empregadas segundo sexo e meio de residência por frequência escolar

Quadro 27: Repartição da população de 12-17 anos, segundo estado civil por sexo e grupos de idade

Quadro 28: Estrutura por sexo e idade da população de 12-17 anos, não solteira

Quadro 29: Repartição das raparigas de 12-17 anos, não solteiras, segundo frequência escolar por grupos de idade

Quadro 30: Repartição das raparigas de 12-17 anos, não solteiras, segundo nível de instrução por frequência escolar

Quadro 31: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para as crianças com deficiências

Quadro 32: Repartição das crianças com deficiências segundo sexo por meio de residência

Quadro 33: Repartição das crianças com deficiências segundo tipo de deficiência e meio de residência por grupos de idade

Quadro 34: Repartição das crianças de 6-17 anos, com deficiências segundo frequência escolar e meio de residência por grupos de idade

ANEXOS

A1:População dos 0-17 anos segundo relação de parentesco com o CAF por idade

A2:População dos 0-17 anos residente no meio urbano segundo relação de parentesco com o CAF por idade

A3:População dos 0-17 anos segundo relação de parentesco com o CAF por tipologia do agregado e sexo do CAF

A4:População dos 0-17 anos residentes no meio urbano segundo relação de parentesco com o CAF por tipologia do agregado e sexo do CAF

A5:População dos 0-17 anos residentes no meio rural segundo relação de parentesco com o CAF por tipologia do agregado e sexo do CAF

A6:Repartição da população dos 12-17 anos, segundo estado civil por sexo e idade

A7:População dos 0-17 anos com deficiência segundo tipo por sexo e idade

GRÁFICOS

Gráfico 1: Repartição das crianças de 0-17anos por sexo

Gráfico 1.1: Repartição das crianças de 0-5 anos por sexo

Gráfico 2: Importância relativa das crianças na população das regiões

Gráfico 3: Importância relativa das crianças na população das regiões segundo meio de residência

Gráfico 4: Relação de masculinidade para crianças

Gráfico 5: Distribuição percentual das crianças de nacionalidade guineense segundo etnia

Gráfico 6: Pirâmide da população não escolar

Gráfico 7: Incidência das crianças de 6-17 anos que se encontram fora do sistema escolar por região

Gráfico 8: Repartição das crianças de 6-17 anos por condição perante o trabalho

Gráfico 9: Incidência das crianças de 6-17 anos, empregadas por região

Gráfico 10: Incidência da população dos 12-17 anos, não solteira por região

Gráfico 11: Incidência das crianças com deficiência por região

INTRODUÇÃO

A protecção e defesa dos direitos das crianças constituem uma preocupação a nível global devido a constante deterioração das suas condições de vida, particularmente nos países em desenvolvimento. Daí a preocupação das Nações Unidas em adoptar um instrumento jurídico que, consagra à criança o direito de ser protegida contra qualquer tipo de exploração e de gozar de cuidados e protecções especiais.

A Convenção sobre os Direitos das Crianças foi adoptada, pela Assembleia – Geral das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989. Reafirma o facto de as crianças, devido à sua vulnerabilidade, necessitarem de uma protecção e de uma atenção especiais, e sublinha de forma particular a responsabilidade fundamental da família no que diz respeito aos seus cuidados e protecção. Considera ainda que todas as decisões que digam respeito à criança devem ter plenamente em conta o seu interesse superior. O Estado deve garantir às crianças cuidados adequados quando os pais, ou outras pessoas responsáveis por ela não têm capacidade para o fazer.

O presente trabalho elaborado com os dados do RGPH-2009, irá permitir aprofundar as questões relacionadas com as crianças na Guiné-Bissau. Constitui um importante contributo para avaliação e implementação de projectos e programas sobre os direitos das crianças.

O objectivo principal do trabalho é:

- ✓ Analisar as características demográficas das crianças residentes em agregados familiares;
- ✓ Analisar o contexto familiar e as condições de vida dessas crianças;
- ✓ Obter informação estatística actualizada sobre a população em estudo; Esta informação será necessária para a elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas e planos de desenvolvimento que concorram para a melhoria das condições de vida dessa população, para a redução da pobreza e alcançar os objectivos do milénio.

- ✓ Contribuir para a promoção de uma cidadania global responsável, que tenha por base princípios e valores como os da solidariedade, da paz e da justiça.

A análise abrange toda a população residente nos agregados familiares com idade compreendida entre os 0-17 anos e poderá ser de grande importância na medida em que:

- ✓ É a primeira vez que na Guiné-Bissau se analisa a situação das crianças através dos dados do Censo;
- ✓ Poderá fornecer informações aos diferentes programas e projectos que visam a defesa dos direitos das crianças.
- ✓ Poderá apoiar o Governo, as Instituições e as Organizações defensoras dos direitos das crianças, na identificação de problemas no âmbito do desenvolvimento das políticas sociais.
- ✓ Poderá facultar aos cidadãos em geral, informações pertinentes de modo a criar uma sociedade civil mais informada a respeito da situação da criança e consequentemente mais participativa na defesa dos seus direitos.

Na Guiné-Bissau existem vários estudos relacionadas com a protecção das crianças, tais como as crianças em situação de conflito armado e os direitos das crianças. Entretanto, estes estudos apresentam a desvantagem de não abrangerem todo o País. O Censo dado a sua cobertura geográfica apresenta a vantagem de fornecer informações detalhadas a nível da menor divisão administrativa do país. Nos inquéritos MICS 2010 existem informações que permitem aprofundar a análise. As informações recolhidas apenas permitirão fazer uma análise descritiva, não dando assim a possibilidade de determinar as causas referentes aos factos verificados durante a análise.

O presente trabalho compreende 5 (cinco) capítulos assim identificados:

- ✓ O primeiro apresenta uma breve contextualização das crianças na sociedade guineense;
- ✓ O segundo refere-se a uma abordagem metodológica;
- ✓ O terceiro analisa as características demográficas da população em estudo;
- ✓ O quarto examina o contexto familiar e as condições de vida das crianças;
- ✓ O quinto caracteriza as crianças em circunstâncias particularmente difíceis.

No final serão apresentados os principais resultados e conclusões com vista ao aprofundamento de questões relacionadas com o tema.

I CONTEXTO

1.1 Contexto sociocultural

A sociedade guineense caracteriza-se por uma *poligamia informal*, por ser uma organização social onde ocorrem múltiplos parceiros, originando vários tipos de estruturas familiares, nomeadamente, filhos de várias uniões a viverem no mesmo agregado, mães adolescentes, casais com filhos, uniões múltiplas, pais separados, mães solteiras, crianças a viverem sem os pais etc. Estas diferentes estruturas familiares assumem grande importância quando se aborda o problema da criança, visto que, dado à sua complexidade e especificidade não deve ser abordado isoladamente, mas sim no âmbito da família como sua instituição.

Quanto a coabitação dos filhos de uniões anteriores no agregado, algumas pesquisas consideram que quanto aos homens não existem diferenças no tratamento dado aos filhos tidos dentro ou fora do lar, enquanto que, para as mulheres, os chamados “*filhos de fora*” apresentam maiores problemas, uma vez que, a maior parte do progenitor não assume a responsabilidade destes. De acordo com essa argumentação, não é de surpreender o facto de encontrarmos com alguma frequência, crianças a viverem com familiares da parte materna, quando a mãe passa a coabitar com outro cônjuge.

Pode ocorrer na vida familiar alguns problemas relacionados com a resistência dos homens em se responsabilizarem pela educação dos filhos. Esta atitude pode afectar o bem-estar da criança, na medida em que, exige da mulher esforços adicionais, como uma maior participação no mercado de trabalho, muitas vezes com o envolvimento dos filhos, sendo nestas circunstâncias, as condições de vida do agregado, a determinar que seja a própria família, responsável pela participação da criança no mercado de trabalho.

O *abandono* afecta principalmente as crianças de 1 - 4 anos de idade as quais na maioria das vezes são entregues aos cuidados dos irmãos mais velhos ou outros familiares, na sequência das ausências das mães que se deslocam à procura de meios de sobrevivência familiar. É comum, quando da emigração, as crianças serem

entregues aos cuidados dos avós ou outros parentes, o que provavelmente poderá acarretar diferenças em termos de oportunidades para o seu desenvolvimento integral.

As políticas de saúde definida pelos serviços nacionais de saúde assentam-se nos princípios básicos de equidade na prestação dos cuidados de saúde, isto é, vacinação, acompanhamento do crescimento, luta contra as principais causas de mortalidade, educação sanitária, educação das mulheres adultas, etc.

É assim que, o serviço de Protecção Materno Infantil/ Planeamento Familiar, através da prestação de cuidados pré-natais à mulher grávida e atenção à criança durante o primeiro ano de vida e sua segurança alimentar, procura materializar as orientações que visam a protecção da criança. Em 2010, segundo os resultados do último MICS, os níveis de cobertura do PMI/PF, foram consideradas satisfatórias em todas as regiões. Foi observado uma cobertura de 93% da vacinação do BCG, cerca de 76% das crianças receberam as três doses de DTP, 73% receberam as da pólio e 61% foram vacinadas contra o sarampo.

Todavia, apesar da evolução positiva em alguns indicadores de saúde infantil, continua a registar-se uma incidência significativa de doenças que têm a ver com situações ligadas à falta de higiene e de salubridade do meio, como as doenças infecto-contagiosas e parasitárias, doenças respiratórias de afecções peri-natais, e que constituem as causas principais da mortalidade infantil.

O acesso à educação constitui um desafio das autoridades e dos pais e encarregados de educação, que não têm poupado esforços, para assegurar a escolarização a partir do Ensino Básico Unificado. Embora o Governo reconheça que o pré-escolar seja um investimento necessário e desejável na preparação das crianças para o ingresso no EBU, convém sublinhar que este subsistema encontra-se quase que exclusivamente sob a responsabilidade das ONG's, Instituições privadas e religiosas, pessoas singulares bem como algumas Instituições Públicas.

1.2. Estrutura Legal da Protecção da Criança

1.2.1 Enquadramento Legal da Criança

Na Guiné-Bissau, o conceito legal de criança vai de encontro ao da Convenção dos Direitos das Crianças (CDC), sendo considerada criança, segundo o Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores e a Constituição da República da Guiné-Bissau, todo o indivíduo que tiver menos de 18 anos de idade.

Desde a adesão à CDC no dia 20 de Agosto de 1990 e da participação na Cimeira Mundial sobre a Infância de 1990, o Governo da Guiné-Bissau tem vindo a adoptar medidas legislativas e institucionais, bem como a preparar documentos nacionais e a participação à nível internacional e regional em eventos relevantes em prol das crianças, a fim de realizar os compromissos assumidos em relação a CDC e da Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação (CEDAW).

A fim de superar as fraquezas institucionais do Conselho Nacional para a Criança, o Governo decidiu criar, no ano de 2000, o Instituto da Mulher e Criança, que reflecte o compromisso político para melhor responder às necessidades deste grupo mais vulnerável. Da mesma forma, o Instituto de Previdência Social confere uma atenção especial às crianças com deficiência.

As leis que norteiam o atendimento da criança na Guiné-Bissau pautam-se pela Convenção dos Direitos da Criança à qual o país aderiu em 1990.

1. A Constituição da República estabelece entre outros:

- a) O reconhecimento da constituição da família e assegura a sua protecção;
- b) A igualdade dos filhos perante a lei;
- c) O direito à identidade pessoal, à cidadania, ao bom nome e à reserva da intimidade da vida privada e familiar;
- d) O Direito à educação;

e) O Direito à saúde.

2. O Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores consagra os seguintes direitos (art. 84º a 125º):

- a) Direito à legalidade (direito ao nome e a uma nacionalidade);
- b) Direito à alimentação;
- c) Direito à protecção quanto a tutela, adopção, administração de bens, a um curador especial.
- d) Regula o cumprimento de medidas de prevenção criminal e contempla a legalidade dos menores em termos de paternidade e maternidade.

3. O Código Civil no seu art. 1877º regula o poder paternal em relação aos filhos, particularmente no que se refere à Educação, à Saúde, e à Assistência médica e medicamentosa.

4. O Código Penal no seu art. 117º condena a excisão feminina.

5. O Protocolo à Carta dos direitos humanos e dos povos relativo aos direitos das mulheres em África no seu art. 13º alínea g) relativo aos Direitos Económicos e Assistência Social estabelece:

- a) A idade mínima para o trabalho;
- b) Proíbe o emprego para crianças com idade inferior ao estabelecido;
- c) Proíbe, combate e pune todas as formas de exploração das crianças especialmente das jovens raparigas.

1.2.2. Intervenientes e Redes de Serviços para apoio à criança

A prestação de serviços de apoio às crianças é feita pelo:

- Ministério da Educação
- Ministério da Solidariedade Social, Família, Mulher e Luta contra a Pobreza
- Ministério da Saúde
- Direcção Geral do Trabalho
- Organizações Internacionais
 - Unicef
 - Plan - GB
 - UNFPA
- Associações Nacionais:
 1. Aldeia Infantil SOS recebe e dá assistência social a crianças órfãs de pais ou de apenas um dos progenitores; Ela intervém no SAB, em Canchungo e em Gabú.
 2. A Casa Emanuel e a Missão Católica são outras instituições de assistência social que recebem e dão assistência a crianças desfavorecidas.
 3. A ONG SOS - Criança Talibé é outra instituição que intervém na promoção dos direitos da criança, particularmente no que diz respeito às crianças talibés.
 4. A Associação dos amigos da criança (AMIC) promove e defende os direitos das crianças, apoia a cantina escolar e a reinserção das

crianças vítimas de tráfico e ajuda no melhoramento das infra-estruturas escolares nas regiões.

5. Instituto da Mulher e Criança é responsável pela assistência social e apoio a iniciativas relacionadas com as mulheres e crianças, através de programas de água e saneamento, melhoria na educação básica, reforço dos cuidados primários de saúde e intervenções específicas relacionadas com às mulheres.

Foi criado recentemente um Gabinete de atendimento e assistência às mulheres e crianças, sob o comando do Comissariado de Ordem Pública.

1.2.3. Acordos e Convenções Internacionais ratificados pelo Governo da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é Estado Parte da Convenção sobre os Direitos das Crianças, da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, da Convenção de Otava e dos protocolos opcionais de Criança Soldado e Exploração Sexual de Crianças, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação, da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, da Convenção de Palermo e da Convenção sobre a Proibição de uso de minas anti-pessoais, da Convenção da OIT sobre a idade mínima para o trabalho e sobre as piores formas de trabalho das crianças.

Estas convenções não só evidenciam normas internacionais sobre a protecção e garantia de efectivação dos direitos da criança no território de qualquer Estado Parte, como também constituem compromissos internacionais de relevante valor persuasivo para as reformas legislativas, concepção e execução de políticas para a criança.

A Convenção marcou sem sombras de dúvidas uma nova etapa na tomada de consciência sobre a necessidade de uma protecção efectiva da infância no mundo e também na Guiné-Bissau. Apesar disso, ainda existem problemas relacionados com

o cumprimento constitucional dos preceitos, devido às restrições na aplicação da legislação em vigor.

O país enfrenta uma escassez significativa de serviços para a protecção das crianças e dos grupos mais vulneráveis, apesar de reconhecidos os esforços para definir políticas sobre a protecção da criança, tal como acordado pelos parceiros do Governo. Nesta perspectiva e no quadro da sua política de desenvolvimento humano, com ênfase especial na protecção dos grupos mais vulneráveis, o Governo já visualizou algumas respostas, como uma campanha sistemática de registo de nascimento.

No entanto, reconhecemos a necessidade de uma profunda revisão da nossa legislação com o objectivo de harmonizá-la com os instrumentos jurídicos internacionais ratificados pela Guiné-Bissau. Os mecanismos institucionais e financeiros do governo são ainda muito fracos para responder aos problemas crescentes do mundo actual.

Segundo os compromissos adoptados a partir da Cimeira Mundial de Infância

- ✓ A Guiné-Bissau, sob a coordenação da Comissão Nacional para a Infância, elaborou e adoptou o Plano Nacional de Acção sobre a infância. Este Plano foi implementado.
- ✓ A Guiné-Bissau iniciou a preparação do relatório inicial sobre a implementação da CDC no País. Este processo foi interrompido pelo conflito político militar de 1998;
- ✓ A campanha «diga sim as crianças» foi realizada na Guiné-Bissau. Entre os 10 pontos imperativos em votação em todos os Países do Mundo, as crianças guineenses identificaram 3 grandes prioridades:
 1. Garantir a saúde a cada criança em particular na luta contra o paludismo e VIH/SIDA ;
 2. Ter a criança como prioridade absoluta;
 3. Não discriminar nenhuma criança;

- ✓ Participação na Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Infância onde foi adoptada um documento denominado «Um mundo digno para as Crianças» - que apresenta uma Declaração e um Plano de Acção definindo os compromissos e medidas a tomar a favor das crianças nos próximos 10 anos. A referida agenda política para o futuro aborda quatro (4) prioridades fundamentais:
 1. Promoção de uma vida saudável ;
 2. Oferta de uma Educação de qualidade para todos ;
 3. Protecção das crianças contra os abusos, a exploração e a violência;
 4. Combate ao VIH/SIDA.

- ✓ Proceder a harmonização das leis nacionais com vista a adequá-las às de direito internacional de protecção dos direitos das crianças.

- ✓ Elaboração do Plano Nacional da Acção para a Infância e adolescência. O Plano visa garantir a implementação dos compromissos internacionais assumidos pelo nosso País no domínio da infância, nomeadamente, os instrumentos adoptados no fórum do Cairo sobre o futuro da criança africana e na Sessão Especial das Nações Unidas sobre a infância nos domínios de Saúde VIH/Sida, Educação e Protecção.

II CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A idade é a única variável que nos permite caracterizar a criança. Essa informação foi obtida através de duas perguntas directas no questionário: “P5: Qual é a data do seu nascimento: mês e o ano” e, “P6: Qual é a sua idade presumida”, que foi feita apenas em caso de dificuldade na obtenção da resposta da pergunta P5. Para maior fiabilidade dos dados, foram feitas recomendações que, em caso de dúvidas, a idade deve ser obtida através de documentos de identificação do indivíduo, e, em caso de persistência de dificuldade na obtenção de resposta, com recurso ao calendário histórico.

A população abrangida neste estudo é a de ambos os sexos com idade compreendida entre os 0-17 anos que reside nos agregados familiares. A análise será efectuada com base na sua distribuição por sexo, idades simples e região.

Serão identificados alguns grupos de idade considerados pertinentes para as políticas e programas de desenvolvimento infantil na Guiné-Bissau.

No que se refere à frequência escolar, serão considerados dois grupos de idade: o grupo dos 6-12 anos para a frequência do Ensino Básico Unificado (EBU), apesar de não estar regulamentada a idade limite do término da obrigatoriedade da frequência no EBU e das estatísticas da educação demonstrarem a existência de um certo número de crianças com idade superior a 14 anos nesse subsistema e; o grupo dos 13-17anos para a frequência do ensino Secundário.

Para a caracterização do estado civil será considerada a população dos 12-17 anos. As diferentes modalidades do estado civil constantes no questionário serão agrupadas em duas categorias:

1. População casada;
2. População alguma vez unida ou seja aquela que se encontra separada, viúva ou divorciada.

A questão sobre a actividade económica foi formulada a todos os indivíduos de 10 anos ou mais a fim de permitir avaliar a incidência do trabalho das crianças

com idade de escolaridade obrigatória. Para efeitos de análise foram considerados os grupos de 6-12 e 13-17 anos.

Para a caracterização das crianças com deficiência, os diferentes tipos de deficiência foram agrupados em três grupos:

- Grupo de deficiência motora que engloba a paralisia cerebral, paralisia total, paralisia do membro superior/inferior, paralisia do lado esquerdo/direito, outras deficiências motoras, e múltipla motora.
- Grupo de outras deficiências que inclui a deficiência visual total ou parcial, a deficiência auditiva total ou parcial, deficiência da fala e deficiência múltipla outra.
- Grupo de deficiências múltiplas que corresponde a uma combinação da deficiência motora e outra deficiência.

Apesar de as informações estarem disponíveis até ao nível menor da divisão administrativa do país, neste trabalho os resultados serão apresentados a nível nacional, do meio urbano/rural e região. Sempre que os dados permitirem será feita comparações com outras fontes, nomeadamente Censo de 1991 e MICS 2010.

Conceitos e definições:

Criança - É todo o ser humano com idade inferior a 18 anos. Este conceito vai de encontro do conceito de criança definido na Constituição da República da Guiné-Bissau e do artigo 1º da Convenção dos Direitos da Criança.

Crianças em circunstâncias particularmente difíceis - Neste trabalho são consideradas “crianças em situação particularmente difíceis” como sendo aquelas abrangidas no elenco de situações abaixo indicadas:

- ✓ Têm idade escolar mas entretanto estão fora do sistema de ensino;
- ✓ São chefes de agregados familiares;

- ✓ Trabalham antes da idade permitida pela lei;
- ✓ Possuem alguma deficiência

Agregado Familiar - Entende-se por agregado familiar, um grupo de pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente sob o mesmo tecto e autoridade de um chefe, mantendo em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e vestuário.

Meio Urbano - Conjunto de cidades e vilas segundo a divisão administrativa em vigor no País.

Meio Rural - Parte do território situada fora do perímetro urbano, isto é fora das cidades e das vilas.

Chefe do Agregado Familiar (CAF) - É a pessoa responsável pelo agregado familiar considerado como tal pelos restantes membros.

Agregado Familiar Unipessoal - É um agregado de uma só pessoa.

Agregado Nuclear- É um agregado composto por pai, mãe e filhos não casados.

Agregado Monoparental - É um agregado em que a mãe ou pai vive com os filhos.

Agregado Monoparental alargado - É um agregado em que mãe ou pai vive com filhos e outros parentes.

Agregado Monogâmico - É um agregado composto pelo CAF, seu cônjuge e filhos.

Agregado Monogâmico alargado - É um agregado formado pelo CAF, cônjuge, filhos e outros parentes.

Agregado Poligâmico - É um agregado constituído pelo CAF, cônjuges (2 e +) e filhos.

Agregado Poligâmico alargado - É um agregado em que CAF vive com os seus cônjuges, filhos e outros familiares.

Nível de Instrução - É o grau máximo concluído num nível mais avançado que se tenha atingido no sistema educativo do país em que se tenha estudado.

População Activa - É aquela que representa o potencial da mão-de-obra, do factor de produção de uma economia. Ou seja, é considerada activa todas as pessoas de 6 e mais anos, ocupada ou no desemprego.

Ocupação Principal – É a principal tarefa desempenhada na semana de referência, se estava empregado ou a principal tarefa desempenhada durante a última vez em que esteve a trabalhar, se tratar de um desempregado que já trabalhou.

Situação na profissão - Trata-se da situação da pessoa vis-à-vis do seu emprego ou seja designa o tipo de vínculo laboral que explicita ou implicitamente liga a pessoa a organização (empregador) ou a outras pessoas no actual trabalho ou no seu último trabalho se for desempregado que já trabalhou.

Actividade Económica – É a actividade da empresa ou estabelecimento onde trabalhava durante o período de referência ou onde trabalhou pela última vez, se o recenseado é desempregado que já trabalhou.

Estado Civil - O estado civil é o estatuto pessoal de cada indivíduo perante as leis ou os costumes relativamente às práticas matrimoniais no momento do recenseamento.

Solteira (o) – Pessoa que nunca tenha contraído matrimónio civil ou religioso, e nunca viveu ou não esteja a viver em união de facto no momento do censo.

Casada (o) – Pessoa casada por lei e que vive maritalmente com o respectivo cônjuge.

União de facto – Refere-se à situação de duas pessoas de sexo oposto que vivem juntas como casal sem que sejam legalmente casadas uma com a outra.

Separada (o) – Toda a pessoa que já foi casado legalmente e vive actualmente separado do cônjuge, ou que já viveu em união de facto e actualmente não vive.

Divorciada (o) – Toda a pessoa que, depois de casada, obteve do Tribunal a dissolução do casamento (divórcio) e não voltou a casar-se ou a viver em união de facto.

Viúva (o) – Pessoa que foi casada ou viveu em união de facto, faleceu-lhe o marido ou a mulher e não voltou a casar-se ou a viver em união de facto.

Deficiência - É uma incapacidade que limita o indivíduo no exercício normal das suas funções. Trata-se da cegueira, surdez, mudez, invalidez dos braços ou pernas etc.

Etnia – É um agrupamento de famílias numa área geográfica, cuja unidade assenta numa estrutura familiar, económica e sociocultural comum reflectida na linguagem, maneira de agir, formas institucionais religiosas e de outros tipos como roupa e alimentos, e produtos culturais como música, literatura e arte.

III CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

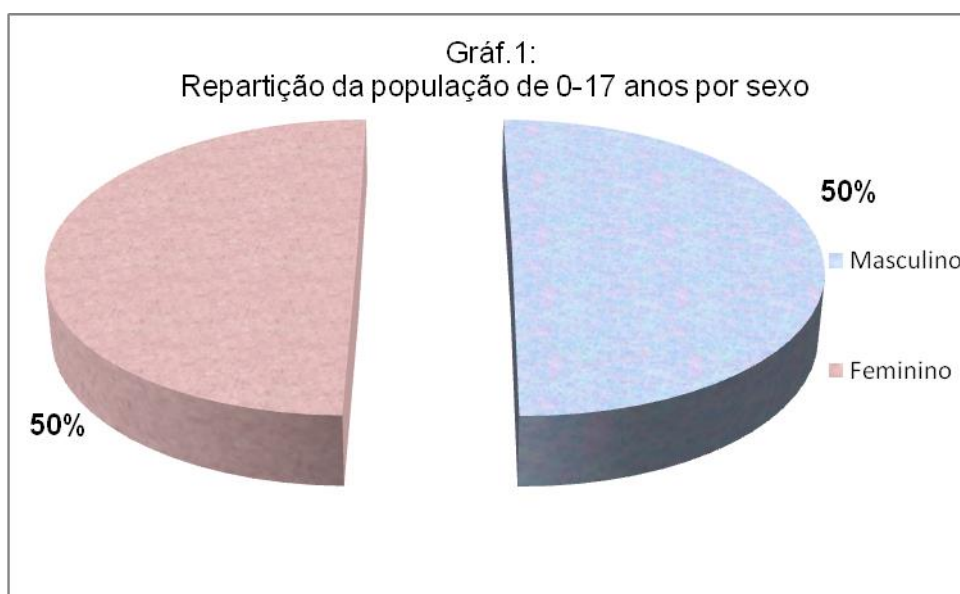
Conforme definido na metodologia, a população abrangida neste estudo é a de ambos os sexos residentes em agregados familiares com idade compreendida entre 0-17 anos. A determinação do seu volume, da sua importância em relação à população total, da sua estrutura por sexo e idade assim como da sua evolução nas últimas duas décadas, constituem factores de grande importância para a contextualização dos dados apresentados nos capítulos seguintes.

3.1. Volume e repartição da população por sexo

A população dos 0-17 anos corresponde a um total de 715.537 indivíduos e representa cerca de 50% da população total residente nos agregados familiares.

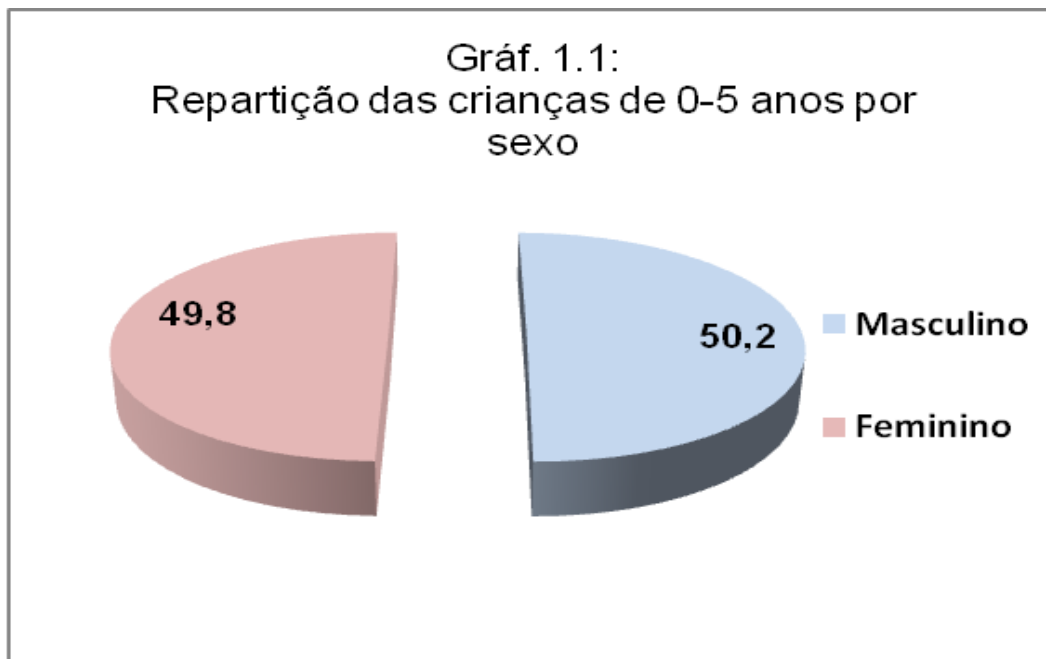
As crianças distribuem-se de forma quase equitativa entre os dois sexos. Com efeito, a masculina corresponde a um efectivo de 359.050 indivíduos (50,2%), e a feminina a um efectivo de 356.487 indivíduos (49,8%) (Gráfico 1).

Esta repartição é diferente à da população total, em que a masculina corresponde a uma proporção de 48,5% e a feminina a 51,5%.



Entretanto a população de 0-5 anos corresponde a um total de 276.315 indivíduos e representa 19,2% da população total residente nos agregados familiares.

A distribuição dessa população por sexo é também quase idêntica, sendo a masculina correspondente a um total de 138.821 indivíduos (50,2%) e a feminina a um total de 137.494 indivíduos (49,8%) (Gráfico1.1).



3.2.Importância relativa das crianças por meio de residência

As crianças correspondem a cerca de metade da população total do país, representando os rapazes a 51,1% da população total masculina e as raparigas a uma incidência de 47,8%.

No meio rural elas correspondem a mais de metade, 51,7% da população deste meio de residência e no meio urbano a uma incidência de cerca de 45,8%, valor um pouco inferior à incidência nacional (49,4%).

Entretanto, no meio urbano, a incidência dos rapazes é inferior à das raparigas, (44,9% contra 46,6% das raparigas). No meio rural verifica-se uma situação inversa, ou seja, as raparigas correspondem a uma incidência mais baixa (48,5% contra 55,3% dos rapazes). (Quadro 1).

Quadro 1:

Importância relativa das crianças segundo o sexo por meio de residência

Sexo						
MEIO	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Guiné-Bissau	715.537	49,4	359.050	51,1	356.487	47,8
Urbano	262.392	45,8	127.775	44,9	134.617	46,6
Rural	453.145	51,7	231.275	55,3	221.870	48,5

3.3.Importância relativa das crianças a nível das regiões

As crianças correspondem a mais de metade da população das regiões de Quinara (52,4%), Bafatá (53,1%) e Gabú (53,6%) sem grandes diferenças entre elas. Esses valores situam-se acima da média nacional, atingindo em Gabú o valor mais elevado. (Gráfico 2).

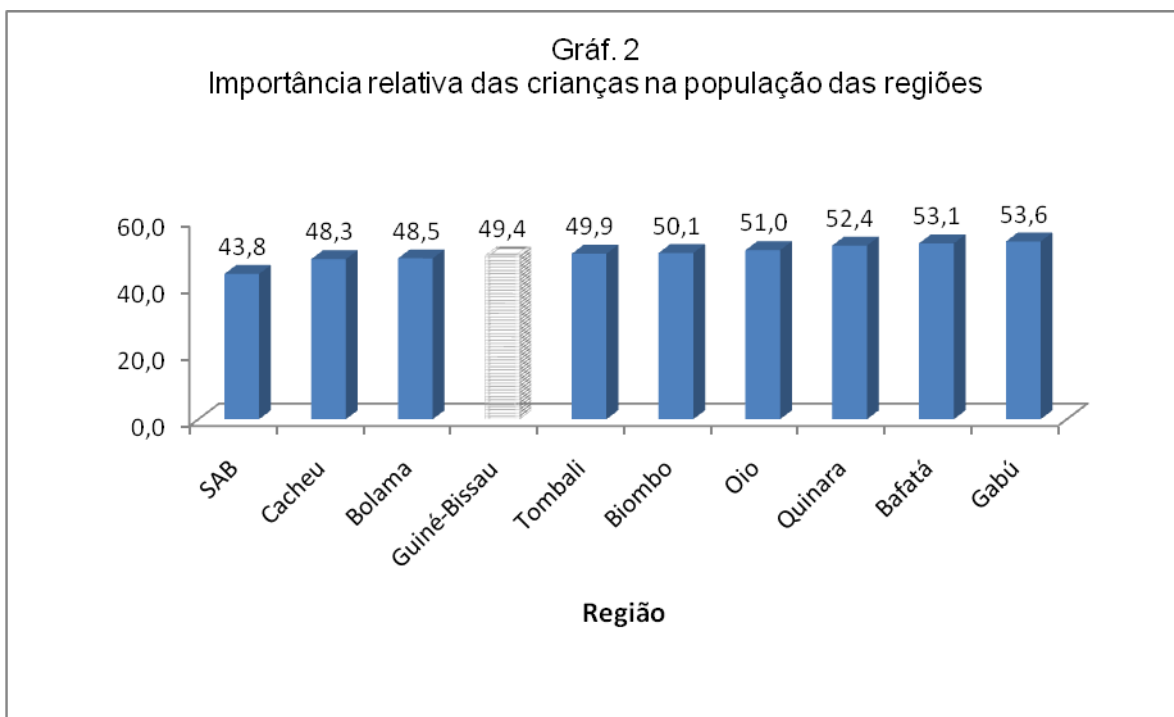
Na região de Cacheu e no SAB as crianças representam menos de metade das respectivas populações, correspondendo a uma incidência de 48,3% e 43,8%, respectivamente. Na região de B. Bijagós a uma incidência é quase igual ao valor nacional (48,5%).

Em relação aos sexos, constata-se que a incidência difere um pouco entre as regiões. Em quase todas, a incidência dos rapazes corresponde a mais de metade da população masculina das respectivas regiões, com valores superiores à média nacional. O valor mais elevado se verifica na região de Gabú (55,6%), e a menor incidência se verifica no SAB (42,3%). (Quadro 2). Assim, em todas as regiões as raparigas correspondem a uma incidência abaixo de 50% (44,5% na região de Cacheu, valor abaixo do nacional (47,8%).

Quadro 2:

Importância relativa das crianças segundo o sexo por região

Região	Sexo					
	Total	%	Masculino	%	Feminino	%
Guiné-Bissau	715.537	49,4	359.050	51,1	356.487	47,8
Tombali	45.455	49,9	23.171	52,5	22.284	47,4
Quinara	31.841	52,4	16.542	55,4	15.299	49,5
Oio	109.736	51,0	56.078	54,3	53.658	47,9
Biombo	46.658	50,1	23.359	53,4	23.299	47,3
Bolama	15.739	48,5	8.100	51,4	7.639	45,9
Bafatá	106.579	53,1	53.673	55,2	52.906	51,0
Gabú	110.244	53,6	55.337	55,6	54.907	51,8
Cacheu	89.339	48,3	46.187	52,4	43.152	44,5
SAB	159.946	43,8	76.603	42,3	83.343	45,3



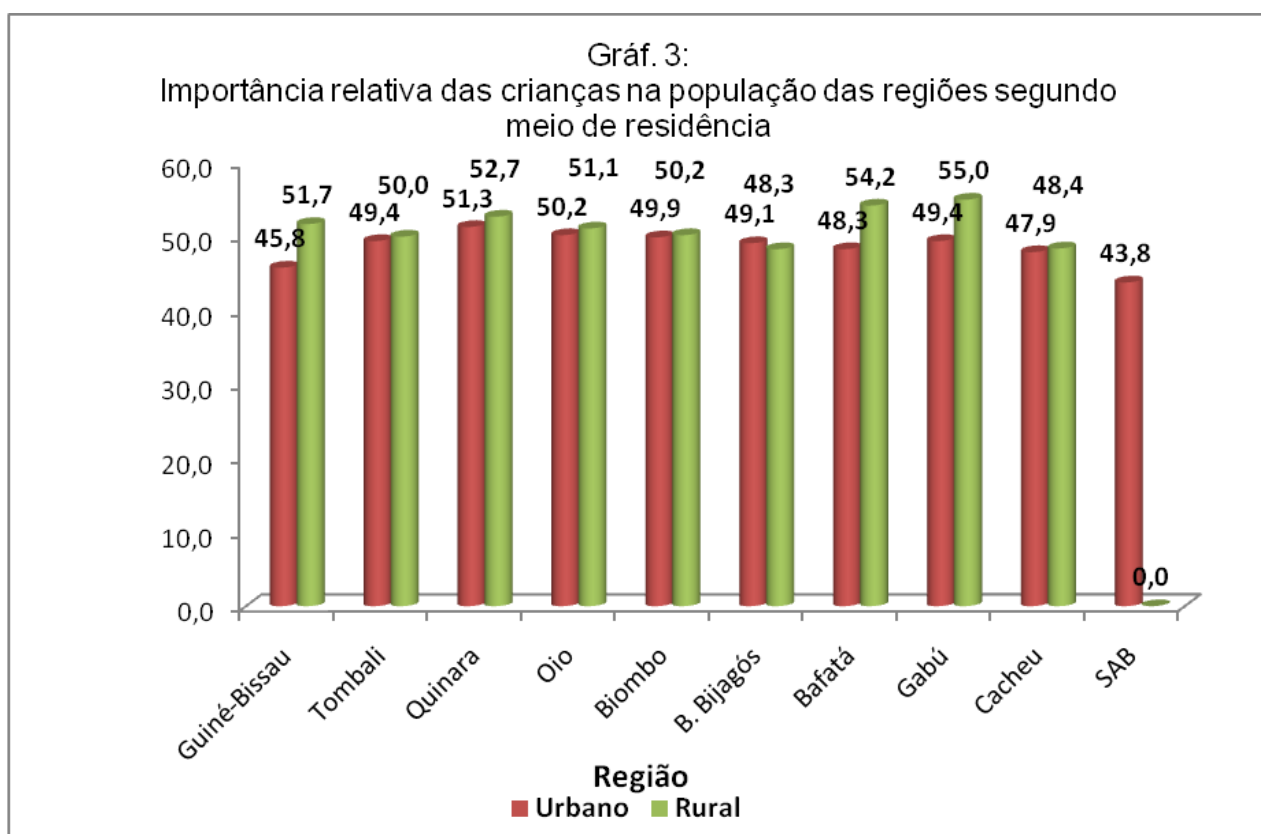
Relativamente ao meio de residência, o quadro 3 mostra que a população dos 0-17 anos é relativamente mais elevada no meio rural em quase todas as regiões, com exceção da região de Biombo (cerca de 50% em ambos os meios de residência) e B. Bijagós (49,1% no meio urbano e 48,3% no meio rural). (Quadro 3).

Na zona urbana da região de Quinara as crianças correspondem a mais de metade da população urbana dessa região, com valores acima da média nacional (51,3%). No SAB a incidência corresponde a um valor abaixo do valor nacional (43,8%).

Quadro 3:

Incidência das crianças segundo o meio de residência por região

Meio de residência						
Região	Guiné-Bissau	%	Urbano	%	Rural	%
Total	715.537	49,4	262.392	45,8	453.145	51,7
Tombali	45.455	49,9	6.411	49,4	39.044	50,0
Quinara	31.841	52,4	6.307	51,3	25.534	52,7
Oio	109.736	51,0	16.507	50,2	93.229	51,1
Biombo	46.658	50,1	5.504	49,9	41.154	50,2
B. Bijagós	15.739	48,5	4.478	49,1	11.261	48,3
Bafatá	106.579	53,1	18.753	48,3	87.826	54,2
Gabú	110.244	53,6	25.295	49,4	84.949	55,0
Cacheu	89.339	48,3	19.191	47,9	70.148	48,4
SAB	159.946	43,8	159.946	43,8	-	-



3.4. Estrutura por sexo e idade

O quadro 4 apresenta estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para as crianças. Observa-se do mesmo que existem algumas disparidades em relação a algumas idades, não permitindo definir uma tendência. As proporções aumentam com a idade atingindo o valor mais elevado aos 2 anos (7,5%). A partir dos 3 anos verifica-se uma tendência inversa com diminuição das proporções à medida que aumenta a idade. Verifica-se também que, a partir dos 11 anos, as proporções apresentam um valor constante à medida que as idades aumentam até aos 15 anos e, depois voltam a diminuir, atingindo o valor mais baixo aos 17 anos (4,4%).

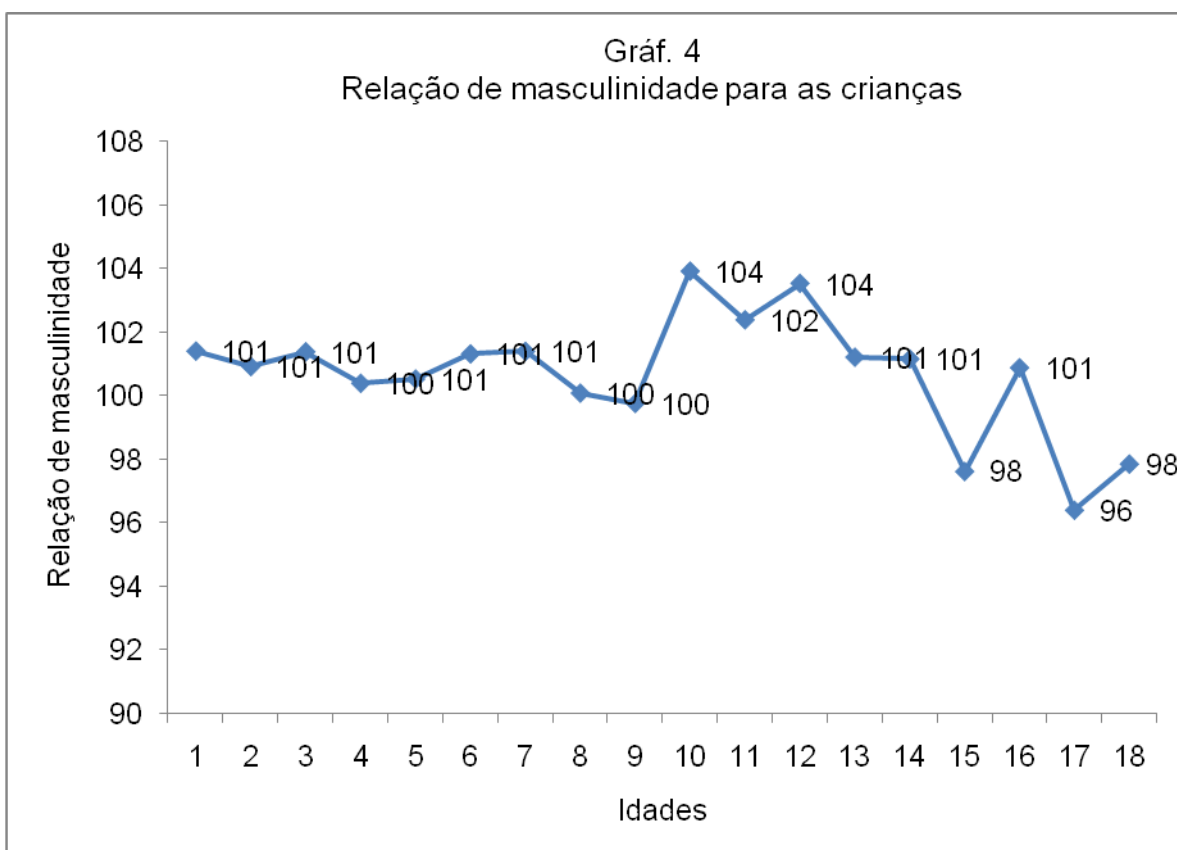
Quadro 4:

Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para as crianças

Sexo e relação de masculinidade							
Idades	Total	%	Masculino	%	Feminino	%	Relação de Masculinidade
Total	715.537	100	359.050	100	356.487	100	101
0	32.232	4,5	16.228	4,5	16.004	4,5	101
1	45.503	6,4	22.855	6,4	22.648	6,4	101
2	53.375	7,5	26.870	7,5	26.505	7,4	101
3	48.887	6,8	24.491	6,8	24.396	6,8	100
4	49.006	6,8	24.567	6,8	24.439	6,9	101
5	47.312	6,6	23.810	6,6	23.502	6,6	101
6	42.852	6,0	21.574	6,0	21.278	6,0	101
7	41.225	5,8	20.621	5,7	20.604	5,8	100
8	39.053	5,5	19.503	5,4	19.550	5,5	100
9	37.565	5,2	19.142	5,3	18.423	5,2	104
10	39.905	5,6	20.187	5,6	19.718	5,5	102
11	33.219	4,6	16.897	4,7	16.322	4,6	104
12	35.821	5,0	18.018	5,0	17.803	5,0	101
13	34.053	4,8	17.124	4,8	16.929	4,7	101
14	35.614	5,0	17.593	4,9	18.021	5,1	98
15	36.037	5,0	18.097	5,0	17.940	5,0	101
16	32.274	4,5	15.842	4,4	16.432	4,6	96
17	31.604	4,4	15.631	4,4	15.973	4,5	98
0	32.232	4,5	16.228	4,5	16.004	4,5	101
1-3	147.765	20,7	74.216	20,7	73.549	20,6	101
4-5	96.318	13,5	48.377	13,5	47.941	13,4	101
6-12	269.640	37,7	135.942	37,9	133.698	37,5	102
13-17	169.582	23,7	84.287	23,5	85.295	23,9	99
0-5	276.315	38,6	138.821	38,7	137.494	38,6	101

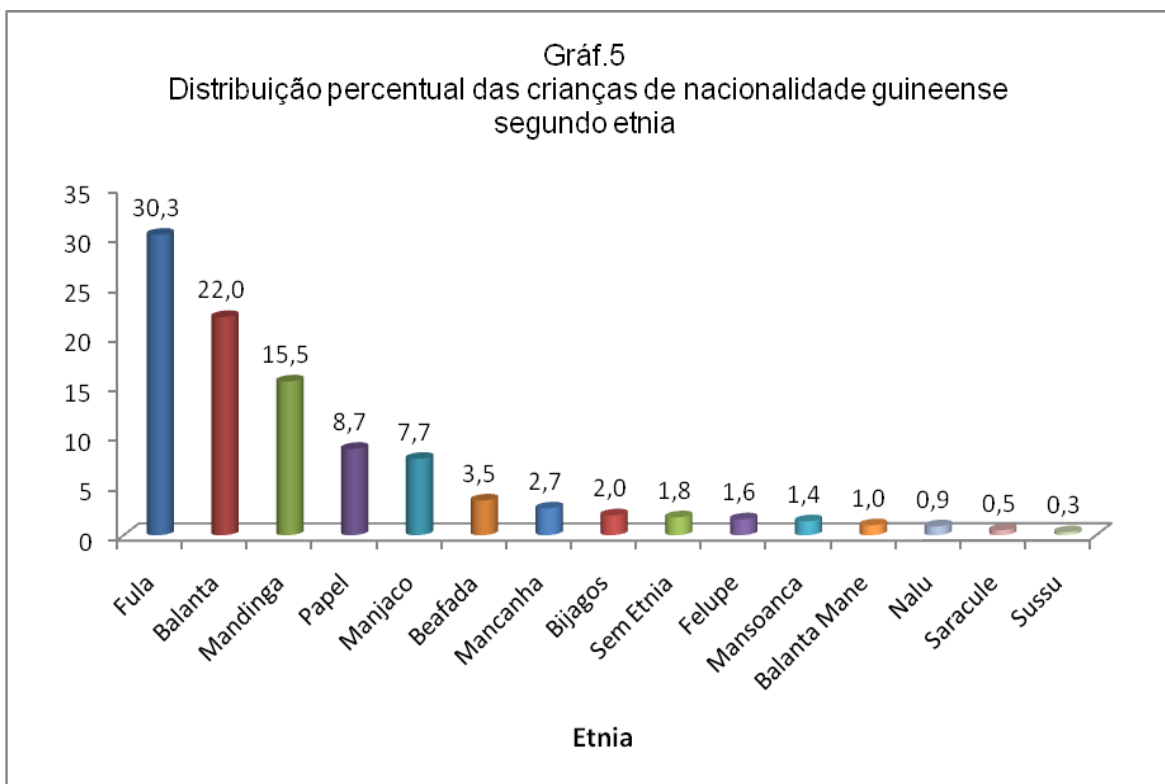
O Quadro 4 mostra que nascem 101 rapazes para cada 100 raparigas, valor que se situa abaixo dos limites considerados normais (variação entre 103 e 105). Normalmente nascem mais rapazes do que raparigas, mas depois morrem mais do que as meninas, tanto nos primeiros anos de vida como na adolescência.

A curva da relação de masculinidade mostra que as diferenças entre os sexos são insignificativas até aos 10 anos. Entretanto, aos 16 anos existem 96 rapazes para cada 100 raparigas; A existência de um número de raparigas ligeiramente superior nessa idade pode ser atribuída à migração selectiva dos rapazes, entre outros (Gráfico 4).



3.5.Repartição das crianças segundo etnia

Neste subcapítulo serão consideradas apenas as crianças de nacionalidade guineense. O Gráfico 5 mostra a distribuição das crianças de nacionalidade guineense por etnia. Verifica-se do mesmo que a maioria das crianças pertence à etnia Fula (30,3%). Seguem-se as etnias Balanta e Mandinga, com 22,0% e 15,5%, respectivamente. As crianças da etnia Papel correspondem a 8,7% e as da etnia Manjaco a 7,7%. Nas restantes etnias as crianças correspondem a valores relativamente baixos (varia entre 0,3% e 3,5%).



3.6. Evolução das crianças segundo os Censos de 1991 e 2009

O Quadro 5 apresenta a evolução das crianças por idade segundo os Censos de 1991 e 2009. Em relação aos grupos etários, verifica-se que a proporção das crianças com idade compreendida entre 4-5 anos diminuiu de 15,2% em 1991 para 13,5% em 2009, e, a das crianças dos 6-12 anos também baixou de 40,9% em 1991 para 37,7% em 2009.

Situação contrária se verifica entre as crianças com a idade compreendida entre 13-17 anos, cuja percentagem aumentou de 19,2% em 1991 para 23,7% em 2009.

Importa mencionar que a proporção de crianças de 0-5 anos baixou cerca de 1% (40% em 1991 e 39% em 2009).

Quadro 5:
Evolução das crianças por idade (Censos de 1991 e 2009)

Idades	Ano			
	1991	%	2009	%
Total	515.476	100	715.537	100
0	28.238	5,5	32.232	4,5
1	28.341	5,5	45.503	6,4
2	33.429	6,5	53.375	7,5
3	37.236	7,2	48.887	6,8
4	39.016	7,6	49.006	6,8
5	39.510	7,7	47.312	6,6
6	36.782	7,1	42.852	6,0
7	36.329	7,0	41.225	5,8
8	32.664	6,3	39.053	5,5
9	25.415	4,9	37.565	5,2
10	30.731	6,0	39.905	5,6
11	21.913	4,3	33.219	4,6
12	26.869	5,2	35.821	5,0
13	20.724	4,0	34.053	4,8
14	19.649	3,8	35.614	5,0
15	24.252	4,7	36.037	5,0
16	17.023	3,3	32.274	4,5
17	17.355	3,4	31.604	4,4
0	28.238	5,5	32.232	4,5
1-3	99.006	19,2	147.765	20,7
4-5	78.526	15,2	96.318	13,5
6-12	210.703	40,9	269.640	37,7
13-17	99.003	19,2	169.582	23,7
0-5	205.770	39,9	276.315	38,6

IV CONTEXTO FAMILIAR E CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS

Os laços de parentesco como relações entre os indivíduos, estabelecidas tanto através da união, como por meio de linhas de descendência que ligam familiares consanguíneos, são de extrema importância na maioria das esferas de vida de um indivíduo, e das crianças em particular.

Dentro desta perspectiva, e partindo do pressuposto de que podem existir diferenças no seu desenvolvimento psicológico, social e cultural que variam segundo o contexto familiar onde vivem e a natureza das relações estabelecidas entre elas e seus progenitores ou seus substitutos, que este capítulo visa ter uma percepção das condições de que dispõem as crianças para o seu crescimento e desenvolvimento, através dos padrões de socialização familiar.

4.1 Relação de parentesco com o chefe do agregado familiar (CAF)

Das 715.537 crianças de 0-17 anos, 703.752 foram identificadas o seu grau de parentesco com o chefe do agregado familiar. Constata-se que a maioria, 404.338, correspondente a 57,5%, vive com pelo menos um dos progenitores, isto é, são filhos do CAF ou do cônjuge (Quadro 6).

Existem casos que, embora estatisticamente pouco significativos, não deixam de causar alguma preocupação. É o caso de 495 crianças que são chefes de agregado familiar (0,1%), 3.897 que são cônjuges do CAF (0,6%), e 10.014 que não possuem qualquer laço de parentesco com o CAF (1,4%).

Quadro 6:

Repartição das crianças segundo a relação de parentesco com o CAF por Idade

Idades	Total	%	CAF	%	Cônjuge	%	Filho	%	Parentes do chefe	%	Não parente	%
Total	703752	100,0	495	0,1	3897	0,6	404338	57,5	284984	40,5	10014	1,4
0	31433	100,0	0	0,0	0	0,0	17769	56,5	13389	42,6	273	0,9
1	44546	100,0	0	0,0	0	0,0	25583	57,4	18583	41,7	379	0,9
2	52341	100,0	0	0,0	0	0,0	30333	58,0	21595	41,3	413	0,8
3	48042	100,0	0	0,0	0	0,0	27375	57,0	20232	42,1	434	0,9
4	48230	100,0	0	0,0	0	0,0	27598	57,2	20126	41,7	504	1,0
5	46555	100,0	0	0,0	0	0,0	26721	57,4	19305	41,5	529	1,1
6	42173	100,0	0	0,0	0	0,0	24758	58,7	16841	39,9	574	1,4
7	40593	100,0	0	0,0	0	0,0	23851	58,8	16196	39,9	546	1,3
8	38447	100,0	0	0,0	0	0,0	22901	59,6	14979	39,0	567	1,5
9	36966	100,0	0	0,0	0	0,0	22025	59,6	14340	38,8	601	1,6
10	39293	100,0	0	0,0	0	0,0	23117	58,8	15514	39,5	648	1,6
11	32655	100,0	0	0,0	0	0,0	19538	59,8	12580	38,5	537	1,6
12	35281	100,0	43	0,1	135	0,4	20767	58,9	13701	38,8	633	1,8
13	33553	100,0	41	0,1	136	0,4	19798	59,0	12921	38,5	657	2,0
14	35063	100,0	75	0,2	310	0,9	20305	57,9	13703	39,1	670	1,9
15	35565	100,0	86	0,2	713	2,0	19544	55,0	14478	40,7	742	2,1
16	31838	100,0	113	0,4	1022	3,2	16801	52,8	13257	41,6	645	2,0
17	31178	100,0	137	0,4	1581	5,1	15554	49,9	13244	42,5	662	2,1
0-5	224592	100,0	0	0,0	0	0,0	128658	57,3	93925	41,8	2003	0,9
6-12	204734	100,0	0	0,0	0	0,0	120256	58,7	81661	39,9	2817	1,4
13-14	175845	100,0	159	0,1	581	0,3	103525	58,9	68419	38,9	3145	1,8
15-17	98581	100,0	336	0,3	3316	3,4	51899	52,6	40979	41,6	2049	2,1

Estes são casos atípicos e que poderão sugerir, à partida, situações de crianças em situação particularmente difícil, sobretudo, os dois primeiros casos por serem crianças que assumem a representação da família ou que estão em união com o CAF. Presume-se que não possuem maturidade psicológica e física exigidas para assumir tais responsabilidades, carecendo ainda de protecção dos pais, tutores ou outras pessoas para o seu bem-estar, nomeadamente no que se refere à saúde e segurança.

Das crianças CAF's, cerca de 67,9% têm idade compreendida entre 15 e 17 anos, enquanto que, entre as que são cônjuges 85,1% pertencem à mesma faixa etária.

Existem 284.984 crianças (40,5%) que, embora parentes do CAF, isto é, são irmãos, netos, sobrinhos, ou outro tipo de parentesco, não são seus filhos. Importa realçar que os netos correspondem a 42,1%. (Quadro A1 do ANEXO). Esta situação poderá ser, por um lado, uma consequência da emigração feminina (tanto para cidade como para exterior por motivos de estudo ou trabalho) e, por outro lado, a uma tendência crescente dos filhos procurarem apoio junto dos pais, deixando os netos nos primeiros anos de vida sob os cuidados dos avós.

Contudo, uma outra leitura, que ainda pode ser feita, embora através do Censo não se possa confirmar, é de que nem sempre a maternidade significa a constituição de uma nova família ou autonomia em relação aos pais; ou seja, muitas vezes as filhas mesmo após darem à luz continuam a viver com o recém-nascido sob o mesmo tecto e sob a responsabilidade dos pais. Isto pode acontecer, principalmente com as jovens raparigas.

Existe uma correlação negativa entre o número de netos e a idade das crianças. Isto é, a proporção dos netos que vivem com os avós, exceptuando os de 0 a 2 anos, é menos elevada quanto maior for a idade da criança, o que se supõe que à medida que cresçam, provavelmente passam a residir com os pais.

As crianças que são cônjuges dos CAF's são sobretudo do sexo feminino, o que poderá indicar uma maior propensão das raparigas menores de 17 anos a se unirem mais facilmente com parceiros mais velhos do que elas. Esta situação

verifica-se tradicionalmente na nossa sociedade, principalmente na religião muçulmana, com o chamado “casamento precoce”.

De uma forma inversa, as crianças que são CAF's, são sobretudo do sexo masculino.

As que são parentes do CAF correspondem a valor mais elevado entre as raparigas (42,3% contra 38,4% entre os rapazes). As que são filhos correspondem a 60,1% entre os rapazes e 54,7% entre as raparigas. (Quadro 7).

Quadro 7:
Repartição das crianças segundo relação de parentesco com o CAF por sexo

Relação de parentesco						
Sexo	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Parentes do chefe	Sem parentesco
Total	100	0,1	0,6	57,5	40,5	1,4
Masculino	100	0,1	0,0	60,1	38,4	1,4
Feminino	100	0,0	1,1	54,7	42,6	1,5

No que se refere ao meio de residência constata-se que a maioria das crianças que são CAF's vive no meio rural (55,6% contra 44,4% no meio urbano), acontecendo o mesmo com todas as outras modalidades, embora a diferença seja mais acentuada nas crianças que não possuem nenhuma relação de parentesco com o CAF (63,3% contra 36,7% no meio urbano). (Quadro A2 do ANEXO).

A diferença é também relativamente significativa entre as crianças que são cônjuges (65,5% no meio rural contra 34,5% urbano). Tanto no meio urbano como no rural o número destas crianças aumenta com a idade, atingindo valores mais elevados no meio rural.

No que se refere às regiões constata-se algumas diferenças importantes. De facto, da análise do Quadro 8 verifica-se que as crianças que são CAF's correspondem a

percentagem um pouco mais elevada do que o valor nacional nas regiões de B. Bijagós (0,12%), Cacheu (0,11%), Tombali (0,10%) e SAB (0,8%). Por outro lado, as crianças que são cônjuges correspondem a 0,81% na região de Gabú, 0,76% na região de Tombali, e 0,63% na região de Bafatá.

A região de Gabú é onde se encontra a maior proporção de crianças que são filhos do CAF (64,5%). Na região de B. Bijagós essa percentagem corresponde a 49,5%.

Quadro 8:
Repartição das crianças segundo relação de parentesco com o CAF por região

Relação de parentesco												
Região	Total	%	Chefe	%	Cônjuge	%	Filho	%	Parentes do chefe	%	Sem parentesco	%
Guiné-Bissau	703.752	100	495	0,07	3.897	0,55	404.338	57,5	284.984	40,5	10.014	1,4
Tombali	44.624	100	45	0,10	341	0,76	25.979	58,2	17.689	39,6	567	1,3
Quinara	31.426	100	19	0,06	152	0,48	16.411	52,2	11.236	35,8	3.606	11,5
Oio	108.020	100	71	0,07	617	0,57	61.020	56,5	45.650	42,3	654	0,6
Biombo	45.901	100	28	0,06	160	0,35	28.607	62,3	16.969	37,0	136	0,3
B Bijagós	15.359	100	18	0,12	33	0,21	7.599	49,5	7.147	46,5	562	3,7
Bafatá	104.522	100	44	0,04	663	0,63	61.150	58,5	41.960	40,1	701	0,7
Gabú	108.492	100	49	0,05	882	0,81	69.978	64,5	36.345	33,5	1.233	1,1
Cacheu	87.799	100	95	0,11	219	0,25	46.976	53,5	39.849	45,4	659	0,8
SAB	157.609	100	126	0,08	830	0,53	86.618	55,0	68.139	43,2	1.896	1,2

4.2.As crianças nos diversos tipos de agregados

A necessidade de implementação de políticas de ajuda às famílias, independentemente da sua forma, com vista a oferecer aos seus membros e às crianças em particular, apoio e protecção especiais são preocupações demonstradas pelos sucessivos Governos. Daí que, seja fundamental para o conhecimento das redes de solidariedade familiar existentes, a caracterização dos diferentes tipos de agregados e da sua morfologia.

O Quadro A3 do Anexo apresenta a repartição das crianças de 0-17 anos segundo a relação de parentesco com o CAF por tipologia do agregado e sexo do CAF.

Do mesmo, percebe-se que uma proporção significativa vive em agregados com ambos os progenitores (70,5%), isto é, com o pai e a mãe. Cerca de 13,1% vive em agregados com apenas um dos progenitores e as restantes (16,3%) correspondem a crianças que vivem em outros tipos de agregados.

Crianças que vivem com ambos os progenitores

Dentre as crianças que moram em agregados com ambos os progenitores, 38,3% vivem em agregados monogâmicos e 32,3% em agregados poligâmicos. Nestes agregados, 97,9% das crianças são chefiadas por homens.

Nota-se algumas diferenças entre os dois meios de residência, isto é, 75,9% das crianças que vivem com ambos os progenitores residem no meio rural, enquanto, 61,2% reside no meio urbano (Quadros A4 e A5 do Anexo).

A maioria dessas crianças habita em agregados monogâmicos no meio urbano, (45,1%), contrariamente ao que acontece no meio rural, onde a maior percentagem dessas crianças vivem em agregados poligâmicos (41,7%). No que se refere ao sexo do CAF, tal como à nível nacional, a maioria das crianças vive em agregados chefiados por homens nos dois meios de residência, sem diferenças importantes (98,2% no meio rural e 97,3% no urbano).

Crianças que vivem com apenas um dos progenitores

Constata-se dos mesmos quadros que 13,3% das crianças que vivem com apenas um dos progenitores vivem em agregados monoparentais e 16,1% em outros tipos de agregados. Nestes dois tipos de agregados, 53,8% dessas crianças são chefiadas por uma mulher.

A proporção das que vivem com apenas um dos progenitores é mais elevada no meio urbano que no rural (38,8% contra 24,1%).

As crianças que vivem em agregados monoparentais correspondem a uma proporção é de 8,7% no meio rural, enquanto no meio urbano esse valor aumenta para 21,3%. Entretanto, verifica-se a mesma situação em relação às crianças que vivem em agregados de outros tipos (17,5% no meio urbano, e 15,3% no meio rural).

Quanto ao sexo do CAF, nota-se que no meio urbano, a proporção de mulheres na chefia é duas vezes superior à dos homens (66,4% contra 33,6% para os homens), enquanto que, no meio rural, a maioria dos agregados é chefiada por homens (58,0% contra 42,0% para as mulheres).

4.3.Características educacionais

Neste subcapítulo pretende-se saber em que medida as crianças que não vivem com nenhum dos progenitores são discriminadas ou não em matéria de educação, comparativamente àquelas crianças que são filhos ou parentes do CAF.

4.3.1 Alfabetização

O Quadro 9 apresenta a repartição das crianças dos 6-17 anos segundo relação de parentesco com o CAF e meio de residência por tipo de alfabetização. Observa-se que existem diferenças importantes entre os dois meios de residência. Assim, das 416.022 crianças com idade compreendida entre 6-17 anos que responderam às questões sobre o grau de parentesco com o CAF e à condição perante a alfabetização, 60,2% não sabem ler nem escrever, ou seja, são analfabetos.

Existem contudo, diferenças consoante a relação de parentesco com o CAF. Assim, entre as crianças que são chefes ou cônjuges, uma percentagem muito elevada não sabe ler e escrever, (64,9% para os cônjuges e 54,4% para os chefes).

Entre as que possuem algum laço de parentesco com o CAF, 56,5% são analfabetas. Entre as que são filhos do CAF e as que não possuem nenhum laço de parentesco com o CAF essa proporção corresponde a 62,7% para os filhos e 61,1% para os sem parentesco. Esta situação demonstra claramente que estas crianças, ao assumirem as responsabilidades familiares tão cedo, como a chefia do agregado lhes restam pouco tempo para se dedicarem aos estudos.

No meio urbano a proporção das crianças analfabetas é inferior à do meio rural qualquer que seja a sua relação de parentesco como CAF.

No meio rural essa proporção é relativamente igual entre as que são parentes do CAF e entre as que não são parentes (78,0%). Neste meio de residência,

em todas as modalidades, a proporção das crianças analfabetas é superior à das que sabe ler e escrever, atingindo valores mais elevados nos filhos do CAF (83,5%).

Quanto ao meio urbano, observa-se que a proporção das crianças analfabetas e que não possuem nenhum laço de parentesco com o CAF é superior à daquelas que são parentes do CAF (48,5% contra 44,8% respectivamente). De igual modo, verifica-se também que a proporção das crianças que são cônjuges e que são analfabetas é um pouco mais elevada do que aquelas que são CAF's (46,5% contra 44,5%).

O casamento precoce, o trabalho infantil, a quase inexistência de infra-estruturas escolares ou a distância em que se encontram poderão ser os factores que terão contribuído para uma elevada proporção de crianças analfabetas.

Quadro 9:
Repartição das crianças dos 6-17 anos segundo relação de parentesco com o CAF e meio de residência por alfabetização

Sabe ler e escrever	Relação de parentesco											
	Total	%	CAF	%	Cônjuge	%	Filho	%	Parentes do chefe	%	Sem parentesco	%
Guiné-Bissau	416.022	100	471	100	3.657	100	239.774	100	164.926	100	7.194	100
Sabe ler e escrever	165.565	39,8	215	45,6	1.282	35,1	89.497	37,3	71.771	43,5	2.800	38,9
Não sabe ler e escrever	250.457	60,2	256	54,4	2.375	64,9	150.277	62,7	93.155	56,5	4.394	61,1
	Urbano											
Total	267.037	100	308	100	1.027	100	154.543	100	107.023	100	4.136	100
Sabe ler e escrever	137.378	51,4	171	55,5	549	53,5	75.458	48,8	59.072	55,2	2.128	51,5
Não sabe ler e escrever	129.659	48,6	137	44,5	478	46,5	79.085	51,2	47.951	44,8	2.008	48,5
	Rural											
Total	148.985	100	163	100	2.630	100	85.231	100	57.903	100	3.058	100
Sabe ler e escrever	28.187	18,9	44	27,0	733	27,9	14.039	16,5	12.699	21,9	672	22,0
Não sabe ler e escrever	120.798	81,1	119	73,0	1.897	72,1	71.192	83,5	45.204	78,1	2.386	78,0

4.3.2. Frequência escolar

O quadro 10 apresenta a repartição das crianças dos 6-17 anos segundo relação de parentesco com o CAF e meio de residência por frequência escolar. Verifica-se do mesmo que, 67,2% das crianças cônjuges nunca frequentaram uma escola, contra 32,9% das que são CAF's.

Existe uma situação mais favorável para as crianças que são parentes do CAF ou que são filhos do que para aquelas que não possuem nenhum laço de parentesco. Ou seja, a proporção de crianças que nunca frequentou um estabelecimento de ensino e que não são familiares do CAF é relativamente mais elevada do que daquelas que o são (35,5% contra 30,5% para os filhos e 29,7 para os que são parentes do chefe).

Quadro 10:

Repartição das crianças de 6-17 anos segundo relação de parentesco com o CAF e meio de residência por frequência escolar

Relação de parentesco												
Frequência escolar	Total	%	Chefe	%	Cônjuge	%	Filho	%	Parentes do chefe	%	Sem parentesco	%
Guiné-Bissau	421.362	100	483	100	3.800	100	242.743	100	167.000	100	7.336	100
Frequenta	277.295	65,8	200	41,4	499	13,1	160.970	66,3	111.203	66,6	4.423	60,3
Frequentou	15.214	3,6	124	25,7	748	19,7	7.744	3,2	6.272	3,8	326	4,4
Nunca Frequentou	128.853	30,6	159	32,9	2.553	67,2	74.029	30,5	49.525	29,7	2.587	35,3
Urbano												
Total	166.785	100	216	100	1.314	100	90.111	100	72.298	100	2.846	100
Frequenta	140.587	84,3	101	46,8	239	18,2	77.746	86,3	60.295	83,4	2.206	77,5
Frequentou	5.346	3,2	74	34,3	349	26,6	2.221	2,5	2.566	3,5	136	4,8
Nunca Frequentou	20.852	12,5	41	19,0	726	55,3	10.144	11,3	9.437	13,1	504	17,7
Rural												
Total	254.577	100	267	100	2.486	100	152.632	100	94.702	100	4.490	100
Frequenta	136.708	53,7	99	37,1	260	10,5	83.224	54,5	50.908	53,8	2.217	49,4
Frequentou	9.868	3,9	50	18,7	399	16,0	5.523	3,6	3.706	3,9	190	4,2
Nunca Frequentou	108.001	42,4	118	44,2	1.827	73,5	63.885	41,9	40.088	42,3	2.083	46,4

4.4 Repartição das crianças segundo nível de instrução do CAF

O nível de instrução do CAF constitui uma variável importantíssima na determinação das condições de vida das crianças, visto que, quanto maior for o nível de ensino, em particular da mãe, melhor capacitadas estarão para compreender a importância dos cuidados a prestarem às crianças, principalmente nos primeiros anos de vida. Deste modo, pretende-se saber em que medida a solidariedade familiar se traduz segundo o nível de instrução do CAF.

A maioria das crianças vive em agregados cujos CAF's atingiram o nível EBU, o que corresponde a uma situação esperada, na medida em que, a nível nacional, a proporção da população com este nível é superior à dos restantes.

Contudo, a proporção de crianças que são filhas e das que não possuem nenhuma relação de parentesco com o CAF, e que vivem em agregados cujo CAF atingiu o EBU é de 57,3% e 54,7% respectivamente (Quadro 11).

Em relação ao ensino secundário a situação inverte, ou seja, há uma maior proporção de crianças que são filhas e que vivem em agregados cujos CAF's atingiram o secundário do que aquelas que não são parentes do chefe (30,7% contra 27,7%).

Constata-se que 9,0% das crianças sem nenhum laço de parentesco com o CAF vive em agregados cujos CAF's atingiram o nível médio/superior e cerca de 5,9% em agregados cujos CAF's atingiram o nível profissional, enquanto, estas proporções baixam para 6,0% e 3,6% quando se trata dos filhos.

Embora se possa admitir que os rendimentos dos CAF's com ensino primário podem ser insuficientes para a educação de uma criança, observa-se o reflexo de solidariedade nos agregados cujos chefes possuem esse nível.

Importa realçar que a proporção das crianças sem parentesco e que vive com CAF's sem nível de instrução é relativamente idêntica, à das que são filhos (cerca de 3%), com diferenças importantes entre os dois meios de residência.

Assim, a proporção de crianças sem parentesco que vivem em agregados cujos CAF's não possuem nenhum nível de instrução no meio rural é quase sete vezes superior (4,9%) à daquelas que vive no meio urbano (0,7%).

Relativamente aos filhos, verifica-se também diferenças significativas entre os dois meios (4,5% no meio rural e 0,8% no meio urbano). Esta situação demonstra que existe uma maior solidariedade no meio rural, que poderá ser devido à emigração, podendo os pais deixar os filhos sob cuidado de outras pessoas.

A proporção dos filhos que vive em agregados familiares cujos CAF's possuem o nível primário é mais elevado no meio rural (73,1%) do que no urbano (43,5%).

A mesma situação se verifica com as crianças sem parentesco mas com diferenças menos significativa (69,5 % no rural contra 41,3% no meio urbano).

A proporção de crianças sem parentesco com o chefe e que vive em agregados cujos CAF's possuem nível secundário no meio rural (19,0%) é inferior à proporção das que vive no meio urbano (35,7%). Em relação aos filhos a diferença é maior (19,7% no meio rural e 40,2% no urbano).

Quanto ao ensino profissional, médio e superior, também a proporção das crianças sem parentesco e que vive em agregados cujos CAF's possuem esses níveis é mais elevada no meio urbano do que no meio rural com diferenças importantes (22,2% e 6,6%, respectivamente). Situação idêntica se verifica entre as crianças que são filhos do CAF (15,6% no meio urbano e 2,6% no rural).

Quadro 11:

Repartição das crianças que são filhos ou sem parentesco do CAF segundo nível de instrução do CAF e meio de residência

Meio de residência	Nível de instrução do CAF											
	Total	%	Sem nível	%	EBU	%	Secundário	%	Profissional	%	Médio/ Universitário	%
Filho												
Total	183.505	100	4.587	2,5	105.193	57,3	56.272	30,7	6.530	3,6	10.923	6,0
Urbano	97.913	100	767	0,8	42.584	43,5	39.373	40,2	5.145	5,3	10.044	10,3
Rural	85.592	100	3.820	4,5	62.609	73,1	16.899	19,7	1.385	1,6	879	1,0
Sem parentesco												
Total	4.656	100	126	2,7	2.548	54,7	1.292	27,7	273	5,9	417	9,0
Urbano	2.440	100	18	0,7	1.008	41,3	872	35,7	179	7,3	363	14,9
Rural	2.216	100	108	4,9	1.540	69,5	420	19,0	94	4,2	54	2,4

4.5. Condições de vida das crianças

Os diferentes níveis de bem-estar social das crianças estão directamente ligados à satisfação das necessidades básicas, como o acesso à água potável, à energia eléctrica, à casa de banho e aos meios de comunicação de massa como Rádio e TV, informações essenciais para formulação de políticas para as famílias com vista a assegurar melhorias na qualidade de vida das crianças.

Assim do quadro 12 verifica-se que 94,6% das crianças não têm acesso à energia eléctrica, valor quase idêntico ao do meio rural 96,9%. Esta é uma situação que pode ser considerada normal, pois vai de encontro à situação real do País.

De acordo com as recomendações da OMS, considera-se água potável a proveniente da distribuição da rede pública e dos fontanários, ou seja, é a água que pode ser consumida por pessoas e animais sem riscos de adquirir doenças por contaminação (água canalizada, engarrafada e de furo).

Com base neste pressuposto verifica-se que o consumo de água potável pelas crianças ainda está longe de alcançar os valores preconizados na Cimeira Mundial da Infância e na realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. Ou seja, 70,4% das crianças não têm o privilégio de consumir água potável, sendo (74,1% no meio rural contra 63,5% no meio urbano).

Quadro 12:

Indicadores das condições de vida das crianças segundo
meio de residência (%)

Indicadores	Guiné-Bissau	Urbano	Rural
Sem acesso à água potável	70,4	63,5	74,1
Sem acesso à electricidade	94,6	89,8	96,9
Sem acesso à instalação sanitária	30,2	11,4	41,0
Sem acesso à rádio	23,3	16,5	27,1
Sem acesso à televisão	81,5	63,7	91,5

A cobertura em termos de instalações sanitárias de evacuação de dejectos humanos está ainda aquém do almejado, principalmente na zona rural. Todavia, tem havido melhorias graças ao apoio de muitas instituições que trabalham na defesa e protecção das crianças. Daí que, podemos constatar que 30,2% das crianças não têm acesso à casa de banho, retrete e nem mesmo latrina, com diferenças pouco significativas nos dois meios de residência, (41,0% no meio rural e apenas 11,4% no meio urbano).

Este problema, relacionado com a escassez de água potável, aliado à práticas de higiene inadequadas podem ser considerados como factores de peso que condicionam a sobrevivência das crianças, causando doenças diarreicas que continuam a ser a principal causa de morbilidade e mortalidade infantil, principalmente nas camadas mais desfavorecidas.

O acesso a meios de comunicação de massa, concretamente à Rádio e TV, é de grande importância, não só em termos de informação geral como também quando se tem em vista atingir crianças com mensagens através dos meios de comunicação social de massa. Cerca de 23% não tem acesso a rádio enquanto 81,5% estão privadas de TV. Como seria de esperar é entre as crianças da zona rural que se encontra a maior proporção das que não têm acesso à rádio ou TV.

V CRIANÇAS EM CIRCUNSTÂNCIAS PARTICULARMENTE DIFICEIS

Conforme definido nas considerações de ordem metodológicas as crianças em circunstâncias particularmente difíceis são aquelas que têm idade escolar mas entretanto encontram-se fora do sistema escolar, são CAF's, trabalham ou são crianças com deficiência menores de quinze anos, isto é, são aquelas que constituem problema à luz das recomendações nacionais e internacionais sobre os direitos das crianças, no que se refere à sua instrução, segurança e dignidade.

A- POPULAÇÃO NÃO ESCOLAR

Este subcapítulo visa analisar a amplitude das crianças que se encontra fora do sistema escolar e sua incidência a nível das regiões, visto ser a escolaridade um dos factores sociais relacionados à necessidade de cada criança se desenvolver integralmente e um factor importante para a sua inserção no mundo moderno.

A.1. Repartição por sexo

De acordo com o quadro 10 do capítulo anterior, 65,6% das crianças dos 6-17 anos estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do Censo e 34,2% encontravam-se fora do sistema, ou seja, correspondem a população não escolar. Destas, 30,6% nunca frequentaram um estabelecimento de ensino e 3,6% frequentaram-no alguma vez no ano passado.

O Quadro 13 apresenta a repartição das crianças dos 6-17 anos que se encontram fora do sistema escolar por sexo.

Nota-se que existem diferenças entre os sexos, isto é, as raparigas constituem a maioria tanto entre as que nunca frequentaram como entre aquelas que frequentaram e abandonaram o sistema de ensino, representando mais de 50% em ambos os casos. Esta situação poderá estar ligada ao facto das raparigas assumirem as responsabilidades relativas ao casamento e a maternidade muito cedo, o que não lhes permite dedicar-se aos estudos.

Quadro 13:

Repartição das crianças dos 6-17 anos que se encontram fora do sistema escolar por sexo

Frequência escolar				
Sexo	Nunca Frequentaram	%	Frequentaram	%
Total	130.762	100	15.458	100
Masculino	61.968	47,4	6.673	43,2
Feminino	68.794	52,6	8.785	56,8

A.2- Estrutura por sexo e idade

Do Quadro 14, constata-se que as crianças que ***nunca frequentaram*** um estabelecimento de ensino são constituídas maioritariamente por aquelas em idade de escolaridade obrigatória, ou seja, aquelas com idade entre 6-12 anos que correspondem a 69,6%, com proporções mais elevadas entre as crianças do sexo masculino (73,2%).

Nas crianças com idade compreendida entre 13-17 anos, 30,4% nunca frequentaram uma escola, apresentando proporção mais elevada entre as raparigas (33,7%, contra 26,8% entre os rapazes).

A relação de masculinidade mostra que existem mais raparigas do que rapazes que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, com diferenças significativas nas crianças com idade compreendida entre 13-17 anos. Nessa faixa etária, onde, para cada 100 raparigas que nunca frequentaram uma escola, existem 72 rapazes na mesma condição.

Quadro 14:

Repartição das crianças de 6-17 anos que nunca frequentaram uma escola segundo sexo por grupos etários

Sexo e relação de masculinidade							
Grupos etários	Total	%	Masculino	%	Feminino	%	Relação de masculinidade
Total	130.762	100	61.968	100	68.794	100	90
6 - 12	90.951	69,6	45.337	73,2	45.614	66,3	99
13 - 17	39.811	30,4	16.631	26,8	23.180	33,7	72

Entre as crianças **que frequentaram** algum estabelecimento de ensino, como seria de esperar, a maioria tem entre 13-17 anos, com proporção mais elevada entre as crianças do sexo feminino, ou seja, 77,3% contra 72,3% entre os rapazes (Quadro 15).

No que diz respeito às crianças que frequentaram um estabelecimento de ensino as proporções correspondem a 27,7% para o sexo masculino e 22,7% para o sexo feminino.

A relação de masculinidade mostra que, entre estas crianças, também existem mais raparigas do que rapazes em ambos os grupos etários. Assim, para cada 100 raparigas existem 93 rapazes de 6-12 anos e 71 para cada 100 raparigas de 13-17 anos.

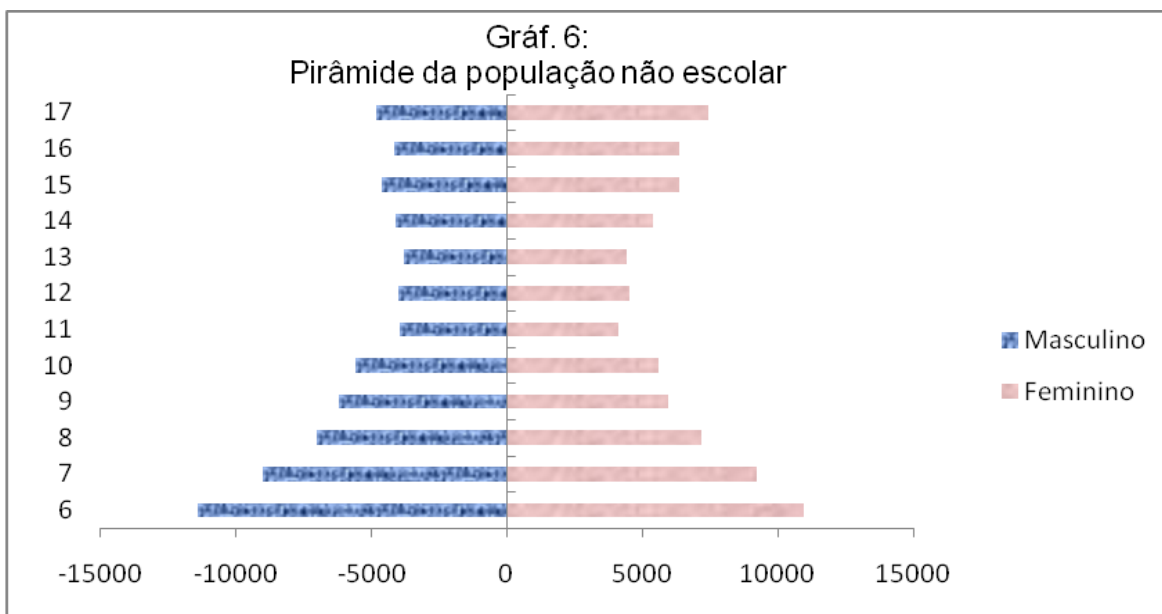
Quadro 15:

Repartição das crianças de 6-17 anos que frequentaram uma escola segundo sexo por grupos etários

Sexo e relação de masculinidade							
Grupos etários	Total	%	Masculino	%	Feminino	%	Relação de masculinidade
Total	15.458	100	6.673	100	8.785	100	76
6 - 12	3.841	24,8	1.850	27,7	1.991	22,7	93
13 - 17	11.617	75,2	4.823	72,3	6.794	77,3	71

A pirâmide representada no Gráfico 6 corresponde à população dos 6-17 anos que se encontra fora do sistema de ensino. A parte de baixo descreve claramente a situação acima descrita no que se refere às crianças que nunca frequentaram um estabelecimento escolar, isto é, a base alargada, corresponde às crianças dos 6-12 anos que se reduz á medida que se avançam nas idades.

A parte do ápice retrata a situação das crianças que tinham frequentado um estabelecimento de ensino, cujos efectivos aumentam com a idade a partir dos 13 anos, com valores mais elevados entre as raparigas.



A.3. Repartição espacial

A.3.1. Análise a nível do meio de residência

O Quadro 16 mostra a repartição das crianças dos 6-17 anos que nunca frequentaram uma escola por meio de residência.

Verifica-se que a proporção destas crianças no meio rural é mais elevada (83,8%) do que no meio urbano (16,2%). Entre as crianças do sexo masculino, a proporção das que se encontra no meio rural é quase idêntica à média nacional (85,3%), enquanto que, entre as raparigas, a proporção das que se encontra no meio urbano está um pouco acima do valor nacional (17,5%).

Para as crianças que frequentaram uma escola, a proporção é quase idêntica à anterior. Assim, essa percentagem corresponde a 64,8% no meio rural contra 35,2% no urbano (Quadro 17).

Em ambos os meios de residência tanto as proporções dos rapazes como as das raparigas são relativamente idênticas ao valor nacional, com diferenças insignificativas entre os dois meios de residência.

Quadro 16:

Repartição das crianças dos 6-17 anos que nunca frequentaram uma escola segundo sexo por meio de residência

Sexo						
Meio de Residência	Total	%	Masculino	%	Feminino	%
Total	130.762	100	61.968	100	68.794	100
Urbano	21.178	16,2	9.132	14,7	12.046	17,5
Rural	109.584	83,8	52.836	85,3	56.748	82,5

Quadro 17:

Repartição das crianças dos 6-17 anos que frequentaram uma escola segundo sexo por meio de residência

Sexo						
Meio de Residência	Total	%	Masculino	%	Feminino	%
Total	15.458	100	6.673	100	8.785	100
Urbano	5.445	35,2	2.301	34,5	3.144	35,8
Rural	10.013	64,8	4.372	65,5	5.641	64,2

O Quadro 18 apresenta a incidência das crianças que se encontram fora do sistema de ensino segundo sexo por região (as que nunca frequentaram e as que já frequentaram no passado e desistiram depois). Verifica-se do mesmo que nas regiões de Tombali (22,3%), Oio (31,1%), Bafatá (26,0%) e Gabú (30,8%) os valores são superiores à média nacional (20,4%). No SAB esse indicador corresponde a valor mais baixo (7,8%).

Sendo a capital do país e zona urbana com maior número de pessoas é normal que exista uma maior sensibilização tanto dos pais e encarregados de educação como das próprias crianças na importância da educação para a formação do ser humano.

Também existem maiores possibilidades e ofertas para as crianças tanto em termos de escola como da própria aprendizagem e lazer o que lhes impede de praticarem outras actividades que possam condicionar os seus estudos.

Quadro 18:

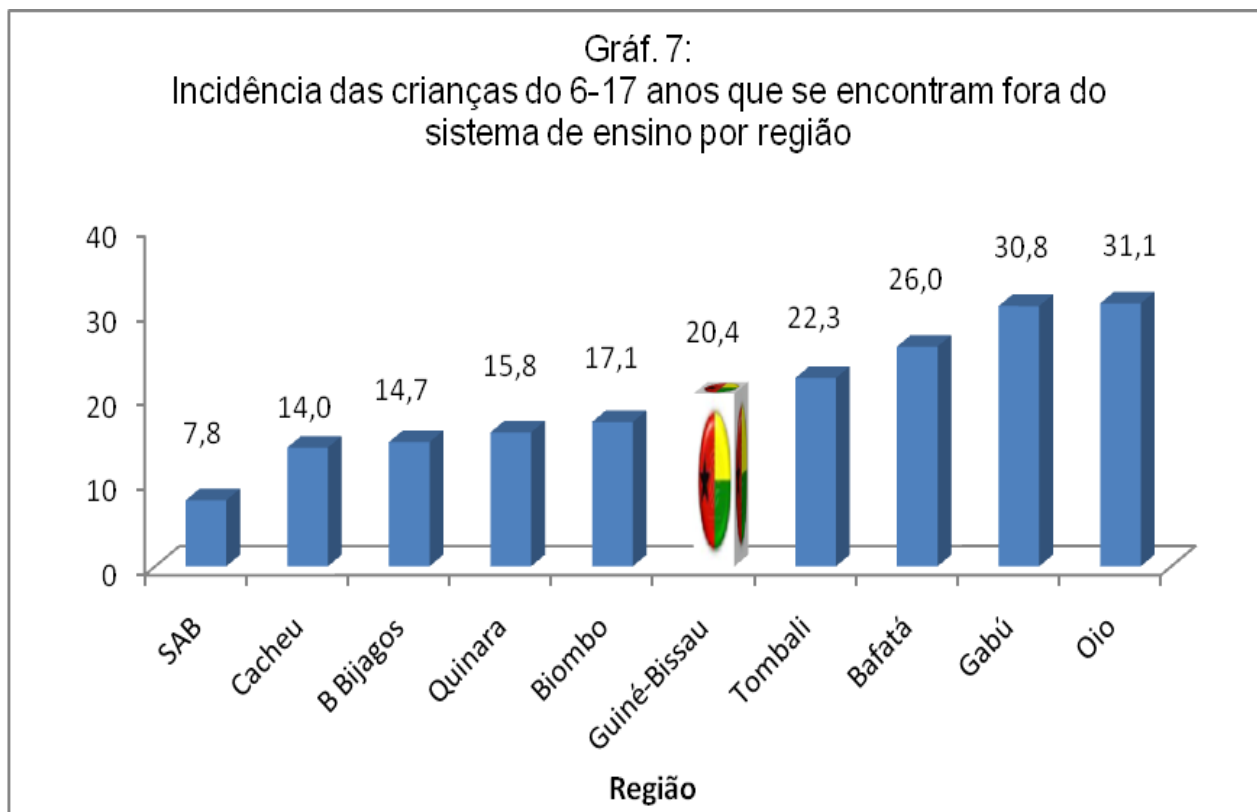
Incidência das crianças que se encontra fora do sistema escolar segundo sexo por região

Região	Sexo					
	Total	%	Masculino	%	Feminino	%
Guiné-Bissau	146.220	20,4	68.641	19,3	77.579	21,8
Tombali	10.123	22,3	4.745	20,5	5.378	23,2
Quinara	5.045	15,8	2.415	14,6	2.630	15,9
Oio	34.118	31,1	16.240	29,0	17.878	31,9
Biombo	7.963	17,1	3.668	15,7	4.295	18,4
B Bijagós	2.313	14,7	1.096	13,5	1.217	15,0
Bafatá	27.690	26,0	13.360	24,9	14.330	26,7
Gabú	33.925	30,8	16.149	29,2	17.776	32,1
Cacheu	12.549	14,0	5.853	12,7	6.696	14,5
SAB	12.494	7,8	5.115	6,7	7.379	9,6

O Gráfico 7 mostra também que as regiões de Cacheu (14,0%), Biombo (17,1%), Quinara (15,8%), B. Bijagós (14,7%) apresentam valores abaixo da média nacional.

Quanto aos sexos constata-se que em todas as regiões a incidência das raparigas que se encontra fora do sistema educativo é maior (21,8%) do que a dos rapazes (19,3%). A incidência mais elevada se verifica na região de Gabú (32,1% contra 29,2% para os rapazes).

Nas regiões de Tombali (20,5% contra 23,2% para as raparigas), Oio (29,0% contra 31,9% para as raparigas), Bafatá (24,9% contra 26,7% para as raparigas) as incidências das raparigas também são relativamente mais elevadas do que o valor nacional.



B. TRABALHO DAS CRIANÇAS

A Convenção das Nações Unidas relativa aos direitos das crianças assim como a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece que os Direitos das crianças devem ser protegidas contra a *exploração económica* ou o trabalho que compromete a sua educação, saúde e desenvolvimento.

O trabalho das crianças é considerado pela OIT, um problema social sério, na medida em que, põe em perigo não só a saúde, como também a educação, a segurança e a sua dignidade.

Razão pela qual a OIT através dos diferentes países se têm mobilizado em torno deste problema com vista a determinar as suas razões e consequências, a sua abolição e a protecção dos direitos individuais e fundamentais da criança.

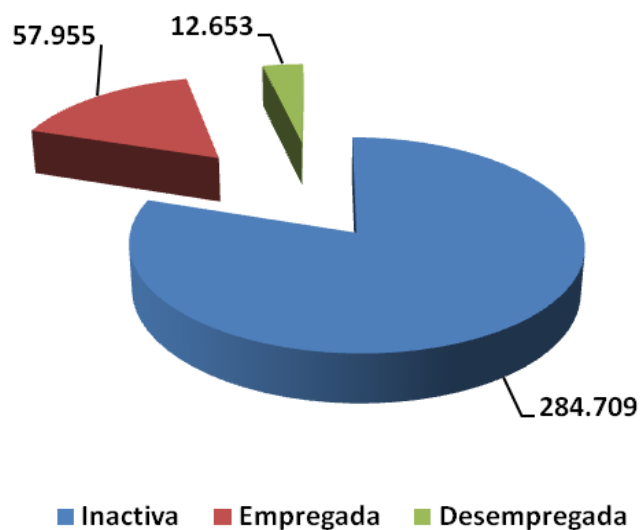
Neste subcapítulo pretende-se avaliar a amplitude deste fenómeno no contexto nacional, através da questão sobre a condição perante o trabalho na semana anterior ao censo, que mede a condição do indivíduo perante a actividade económica, permitindo classificá-lo como activo ou inactivo.

B.1. Caracterização das crianças segundo condição perante o trabalho

Entre as 439.222 crianças dos 6-17 anos, um efectivo de 355.317 responderam à questão sobre a condição perante o trabalho. A maioria deste efectivo constituída por 284.709 indivíduos e que corresponde a 80,1%, é inactiva.

Na condição de empregadas foram identificadas 57.955 indivíduos (16,3%) e na condição de desempregadas 12.653 (3,6%) (Gráfico 8).

Gráf. 8:
Repartição das crianças de 6-17 anos por condição perante o trabalho



As crianças que se encontram na situação de inactiva não serão objecto de análise, por corresponder a uma situação que é normal nessa idade.

As desempregadas não deixam de constituir um problema, na medida em que já tinham trabalhado antes do Censo.

Em relação à repartição por sexo, observa-se uma maior participação das raparigas na vida activa, correspondendo a 60,6% das crianças empregadas, contra 39,4% para os rapazes.

Entre as crianças desempregadas, verifica-se o contrário: os rapazes correspondem a 51,8%, enquanto que as raparigas a 48,2% (Quadro 19).

Quadro 19:
Repartição das crianças dos 6-17 anos, empregadas e desempregadas por sexo

Condição perante o trabalho				
Sexo	Empregadas	%	Desempregadas	%
Total	57.952*	100	12.653	100
Masculino	22.842	39,4	6.553	51,8
Feminino	35.110	60,6	6.100	48,2

*A diferença em relação ao total corresponde aos não declarados

B.2. Estrutura por sexo e idade das crianças empregadas e desempregadas

As proporções das crianças empregadas aumentam com a idade. Assim essa proporção corresponde a 5% para as crianças de 6 anos e 8,3% para as de 12 anos. Aos 14 e 15 anos verifica-se um aumento de participação das crianças na vida activa, representando a partir desta idade 10,9% e 13,0%, respectivamente. O maior aumento verifica-se aos 17 anos com 14,9% das crianças ocupadas (Quadro 20).

O grupo de crianças com idade compreendida entre os 6-12 anos, aquelas com idade de frequência do EBU, corresponde a 40,6% das crianças que trabalham. No que se refere ao sexo verifica-se que a participação das raparigas no mercado de trabalho é mais elevada do que a dos rapazes em todas as idades.

Quanto às crianças desempregadas a proporção varia com a idade atingindo valores mais elevados aos 6 e 7 anos (cerca de 11,1%).

A partir dos 7 anos essa proporção diminui até aos 14 anos atingindo o valor mais baixo (7,3%). Importa mencionar que essa proporção corresponde a 10% para as crianças de 17 anos.

Quadro 20:

Estrutura por sexo e idade das crianças dos 6-17 anos, empregadas e desempregadas

Condição perante o trabalho				
Sexo e Idade	Empregada	%	Desempregada	%
Total	57.952*	100	12.653	100
6	2.814	4,9	1.408	11,1
7	3.015	5,2	1.294	10,2
8	2.852	4,9	1.079	8,5
9	3.137	5,4	998	7,9
10	3.522	6,1	949	7,5
11	3.365	5,8	824	6,5
12	4.810	8,3	882	7,0
13	4.921	8,5	846	6,7
14	6.306	10,9	928	7,3
15	7.536	13,0	1.152	9,1
16	7.048	12,2	1.023	8,1
17	8.626	14,9	1.270	10,0
6-12	23.515	40,6	7.434	58,8
13-17	34.437	59,4	5.219	41,2
Masculino	22.842	100	6.553	100
6	1.273	5,6	670	10,2
7	1.325	5,8	625	9,5
8	1.237	5,4	518	7,9
9	1.412	6,2	501	7,6
10	1.575	6,9	461	7,0
11	1.500	6,6	439	6,7
12	1.989	8,7	483	7,4
13	1.992	8,7	461	7,0
14	2.401	10,5	489	7,5
15	2.803	12,3	642	9,8
16	2.394	10,5	559	8,5
17	2.941	12,9	705	10,8
6-12	10.311	45,1	3.697	56,4
13-17	12.531	54,9	2.856	43,6
Feminino	35.110	100	6.100	100
6	1.541	4,4	738	12,1
7	1.690	4,8	669	11,0
8	1.615	4,6	561	9,2
9	1.725	4,9	497	8,1
10	1.947	5,5	488	8,0
11	1.865	5,3	385	6,3
12	2.821	8,0	399	6,5
13	2.929	8,3	385	6,3
14	3.905	11,1	439	7,2
15	4.733	13,5	510	8,4
16	4.654	13,3	464	7,6
17	5.685	16,2	565	9,3
6-12	13.204	37,6	3.737	61,3
13-17	21.906	62,4	2.363	38,7

* A diferença em relação ao total corresponde aos não declarados

B.3. Repartição espacial

As crianças que trabalham vivem sobretudo na zona rural e constituem um contingente de 47.664 indivíduos (82,2%). Assim, no meio urbano essa percentagem é relativamente baixa.

No que se refere ao sexo, verifica-se também que, tanto entre os rapazes como entre as raparigas, a maioria reside no meio rural (85,1% para os rapazes e 80,4% para as raparigas). (Quadro 21).

Quadro 21:

Repartição das crianças dos 6-17 anos, **empregadas** segundo sexo por meio de residência

Sexo						
Meio de residência	Total	%	Masculino	%	Feminino	%
Guiné-Bissau	57.955	100	22.842	100	35.113	100
Urbano	10.291	17,8	3.413	14,9	6.878	19,6
Rural	47.664	82,2	19.429	85,1	28.235	80,4

Quanto às crianças desempregadas, também a maioria vive no meio rural, representando 71,8%, contra 28,2% do meio urbano.

Existem poucas diferenças na repartição entre os sexos. Entre os rapazes essa proporção é relativamente mais elevada no meio rural (74,1% contra cerca de 26% no meio urbano). Importa mencionar que essa situação é idêntica entre as raparigas (69,3% contra 30,7% no meio urbano). (Quadro 22).

Quadro 22:

Repartição das crianças dos 6-17 anos, **desempregadas** segundo sexo por meio de residência

Sexo						
Meio de residência	Total	%	Masculino	%	Feminino	%
Guiné-Bissau	12.653	100	6.553	100	6.100	100
Urbano	3.570	28,2	1.699	25,9	1.871	30,7
Rural	9.083	71,8	4.854	74,1	4.229	69,3

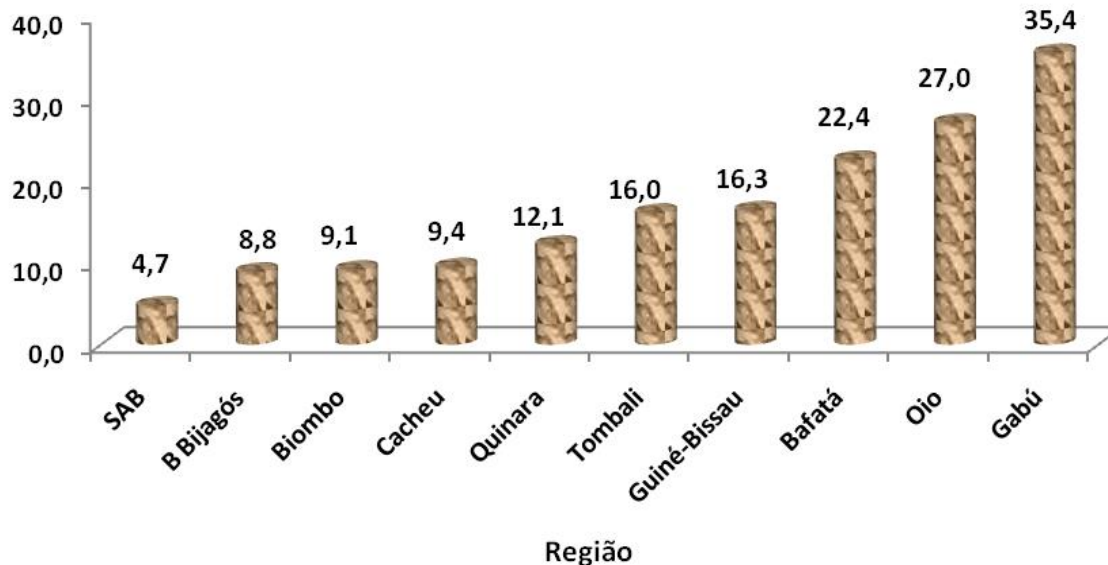
No que se refere às regiões constata-se do Gráfico 9 que existem algumas disparidades no que se refere as crianças empregadas: maior incidência verifica-se nas regiões de Gabú (35,4%), Oio (27,0%), Bafatá (22,4%), valores superiores ao nacional.

Nas restantes regiões os valores são inferiores ao valor nacional e variam entre 5-12. A menor incidência se verifica no SAB (4,7%).

A região de Quinara é a única cuja incidência de crianças empregadas é igual à incidência nacional (16,0%).

Estas diferenças podem ser consideradas normais, visto que as regiões de Gabú, Oio e Bafatá são essencialmente rurais e, conforme visto anteriormente, é nesse meio que as crianças que trabalham constituem a maioria.

Gráf.9:
Incidência das crianças de 6-17 anos, empregadas por região



No que se refere às crianças desempregadas, o Quadro 23 mostra que nas regiões de Oio (5,3%) e Bafatá (5,9%) as incidências são mais elevadas que o valor nacional. Entretanto, regiões de Quinara (1,9%), Cacheu (2,8%), Biombo (3,9%), SAB (2,2%) e em B. Bijagós (1,8%) as incidências são inferiores ao nacional.

Quanto ao sexo, verifica-se do mesmo quadro que não existem diferenças a em relação às crianças desempregadas a nível das regiões.

Pelo contrário, em relação às crianças empregadas, a incidência das raparigas apresenta valores superiores ao nacional nas regiões de Tombali (21,4%), Oio (23,5%), Bafatá (26,8%), Gabú (39,9%).

Quadro 23:

Incidência das crianças de 6-17 anos, empregadas e desempregadas segundo sexo por região

Condição perante o trabalho						
Região	Empregada			Desempregada		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Guiné-Bissau	16,3	12,9	19,7	3,6	3,7	3,4
Tombali	16,0	10,7	21,4	4,2	4,3	4,1
Quinara	12,1	9,0	15,7	1,9	2,9	1,1
Oio	27,0	20,9	33,5	5,2	5,3	5,6
Biombo	9,1	5,5	12,7	3,9	4,1	3,7
B Bijagós	8,8	7,2	10,6	1,8	2,1	1,8
Bafatá	22,4	18,0	26,8	5,9	6,2	5,4
Gabú	35,4	30,8	39,9	3,5	4,0	2,9
Cacheu	9,4	6,9	12,1	2,8	3,1	2,9
SAB	4,7	3,1	6,1	2,2	1,9	2,3

B.4. Crianças empregadas segundo relação de parentesco com o CAF

Das 57.952 crianças que trabalham, 57.150 responderam à questão sobre a relação de parentesco com o CAF.

A proporção de crianças cônjuges e que trabalham é superior à daquelas que são CAF's (79,2% contra 47,0%) (Quadro 24).

A proporção das crianças *sem parentesco* com o CAF que trabalham é superior à daquelas com *algum laço de parentesco com o CAF*, ou seja, 20,5% contra 15,4%, respectivamente.

Esta relação é ainda mais desfavorável para as raparigas do que para os rapazes, o que indicia uma entrada mais cedo na vida activa das mulheres, também para estas idades, conforme visto anteriormente.

Deste modo, constata-se que, há mais raparigas cônjuges a trabalhar (79,4%) do que rapazes que não possuem nenhum laço de parentesco com o CAF, (21,3%).

Quadro 24:

Repartição das crianças dos 6-17 anos, segundo relação de parentesco com o CAF e sexo por actividade económica

Relação de parentesco												
Sexo/Actividade Económica	Total	%	Chefe	%	Cônjuge	%	Filho	%	Parentes do chefe	%	Sem parentesco	%
Guiné-Bissau	350.281*	100	443	100	3.411	100	201.537	100	139.102	100	5.788	100
Empregada	57.150	16,3	208	47,0	2.703	79,2	31.566	15,7	21.484	15,4	1.189	20,5
Desempregada	12.458	3,6	41	9,3	221	6,5	6.969	3,5	5.057	3,6	170	2,9
Inactiva	280.673	80,1	194	43,8	487	14,3	163.002	80,9	112.561	80,9	4.429	76,5
Masculino												
Total	174.658	100	289	100	10	100	106.828	100	64.847	100	2.684	100
Empregada	22.524	12,9	131	45,3	4	40,0	14.099	13,2	7.717	11,9	573	21,3
Desempregada	6.449	3,7	32	11,1	0	0,0	3.804	3,6	2.515	3,9	98	3,7
Inactiva	145.685	83,4	126	43,6	6	60,0	88.925	83,2	54.615	84,2	2.013	75,0
Feminino												
Total	175.623	100	154	100	3.401	100	94.709	100	74.255	100	3.104	100
Empregada	34.626	19,7	77	50,0	2.699	79,4	17.467	18,4	13.767	18,5	616	19,8
Desempregada	6.009	3,4	9	5,8	221	6,5	3.165	3,3	2.542	3,4	72	2,3
Inactiva	134.988	76,9	68	44,2	481	14,1	74.077	78,2	57.946	78,0	2.416	77,8

*A diferença em relação ao total corresponde aos não declarados

No que se refere ao meio de residência o Quadro 25 mostra que entre as crianças CAF's que trabalham, a maioria se encontra no meio rural, ou seja, 53,4% contra 46,6% no meio urbano. O mesmo acontece em relação as crianças cônjuges que trabalham (67,5% contra 32,5% no urbano).

Para as crianças sem parentesco e aquelas com algum laço de parentesco com o CAF que trabalham não existem diferenças nos dois meios de residência (22,2% meio urbano e 77,8% no meio rural para ambas as modalidades).

Sendo o trabalho precário e o apoio familiar mais acentuado no meio rural, a situação das crianças que trabalham nesse meio tende a ser menos duradoura e mais dependente que no meio urbano, pois aqui, o trabalho visa outros objectivos, como a independência financeira e a uma maior autonomia face ao CAF.

Quando se trata dos filhos do CAF nota-se uma significativa diferença na repartição das crianças empregadas nos dois meios de residência (87,0% no meio rural contra apenas 13,0% no urbano).

Quadro 25:

Proporção das crianças dos 6-17 anos, segundo relação de parentesco com o CAF e meio de residência por condição perante a actividade económica

Relação de parentesco												
Condição perante a Actividade Económica e meio de residência	Total		Chefe		Cônjuge		Filho		Parentes do chefe		Sem parentesco	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Urbano												
Total	153.558*	43,8	206	46,5	1.206	35,4	83.074	41,2	66.564	47,9	2.508	43,3
Empregada	10.133	17,7	97	46,6	879	32,5	4.111	13,0	4.772	22,2	274	23,0
Desempregada	3.505	28,1	13	31,7	100	45,2	1.668	23,9	1.669	33,0	55	32,4
Inactiva	139.920	49,9	96	49,5	227	46,6	77.295	47,4	60.123	53,4	2.179	49,2
Rural												
Total	196.723	56,2	237	53,5	2.205	64,6	118.463	58,8	72.538	52,1	3.280	56,7
Empregada	47.017	82,3	111	53,4	1.824	67,5	27.455	87,0	16.712	77,8	915	77,0
Desempregada	8.953	71,9	28	68,3	121	54,8	5.301	76,1	3.388	67,0	115	67,6
Inactiva	140.753	50,1	98	50,5	260	53,4	85.707	52,6	52.438	46,6	2.250	50,8

*A diferença em relação ao total corresponde aos não declarados

B.5. Perfil das crianças empregadas

B.5.1. Frequência escolar

A maioria das crianças que trabalha nunca frequentou uma escola. É assim que, 76,8% das crianças estão nesta condição, sem diferenças significativas entre os sexos (76,1% contra 77,3% do feminino). Cerca de 15% frequentaram alguma vez uma escola (Quadro 26).

Esta situação indica que uma grande parte das crianças nunca teve oportunidade de frequentar uma escola, por motivos de pobreza, inexistência de instituições escolares em muitas regiões, entre outros.

As que frequentaram mas tiveram que abandonar podem tê-lo feito devido ao insucesso escolar, falta de meios ou outro motivo.

Importa realçar a existência de um número significativo de crianças que têm o estatuto de trabalhador-estudante (4.852) (8,5%), ou seja, crianças que estudam e trabalham.

Nos dois meios de residência a proporção de crianças empregadas que nunca frequentou uma escola é relativamente alta, com valor mais elevado no rural (80,2% contra 61,3% no urbano).

Entre aquelas que trabalham e frequentam uma escola, sucede o inverso, isto é, proporção mais elevada no meio urbano que no rural (11,1% e 8,0% respectivamente nos dois meios).

No meio urbano as crianças que trabalham estão provavelmente envolvidas sobretudo, em actividades que não as impede, no entanto, de frequentarem uma escola.

Contudo, não obstante estarem a frequentar uma escola, considera-se que vivem em condições particularmente difíceis, porque o facto de trabalharem e estudarem ao mesmo tempo representa uma grande sobrecarga.

Nos dois meios de residência, a proporção de crianças empregadas e que se encontra a frequentar uma escola é relativamente mais elevada entre os rapazes:

13,6% para os rapazes contra 9,9% para as raparigas no meio urbano e, 10,3% para os rapazes contra 6,4% para as raparigas no meio rural.

Quadro 26:

Repartição das crianças de 6-17 anos empregadas segundo sexo e meio de residência por frequência escolar

Sexo e meio de residência						
Frequência escolar	Total	%	Masculino	%	Feminino	%
Total	56.926*	100	22.390	100	34.536	100
Frequenta	4.852	8,5	2.409	10,8	2.443	7,1
Frequentou	8.337	14,6	2.945	13,2	5.392	15,6
Nunca Frequentou	43.737	76,8	17.036	76,1	26.701	77,3
Urbano						
Total	10.136	100	3.351	100	6.785	100
Frequenta	1.130	11,1	457	13,6	673	9,9
Frequentou	2.794	27,6	940	28,1	1.854	27,3
Nunca Frequentou	6.212	61,3	1.954	58,3	4.258	62,8
Rural						
Total	46.790	100	19.039	100	27.751	100
Frequenta	3.722	8,0	1.952	10,3	1.770	6,4
Frequentou	5.543	11,8	2.005	10,5	3.538	12,7
Nunca Frequentou	37.525	80,2	15.082	79,2	22.443	80,9

*A diferença em relação ao total corresponde aos não declarados

C. POPULAÇÃO DOS 12-17 ANOS NÃO SOLTEIRA

C.1. Repartição por estado civil

Dos 188.143 indivíduos com idade compreendida entre 12-17 anos que declararam o estado civil, 177.704 ou seja, 94,5% corresponde à população solteira.

Por se tratar de uma situação esperada para esta idade, a população solteira não será objecto de análise. Será analisada apenas a população não solteira, ou seja, aquela que, à luz da Convenção dos Direitos da Criança, é considerada em situação particularmente difícil pela dupla violação dos direitos da criança. Por um lado, por ter contraído a união conjugal no período considerado de escolaridade e, por outro, pela maioria ter idade inferior à estipulada por Lei com reflexos directos e negativos na saúde, educação e instrução.

A população não solteira, ou seja aquela cujo estado civil pertence à categoria de casada, viúva, separada ou divorciada é constituída por um total de 10.439, entre as quais, 9.794 são raparigas, correspondendo a 93,8% e 645 pertencem ao sexo masculino (6,2%) (Quadro A6 do Anexo).

A maior proporção de raparigas não solteira poderá estar relacionada com o casamento precoce e forçado, principalmente nas zonas rurais, o que não acontece com o sexo oposto.

Convém salientar que esta população representa 2,1% da população total não solteira na Guiné-Bissau e 5,1% da população da mesma idade.

Embora estas proporções do ponto de vista estatístico possam não ser relevantes, não deixam de ter alguma relevância sociocultural pelo significado e importância que poderão assumir, do ponto de vista social.

Infelizmente os dados disponíveis não permitem fazer uma análise mais aprofundada da situação, que poderiam contribuir para subsidiar as opções e políticas de saúde sexual e reprodutiva no país.

A população dos 12-17 anos, não solteira é constituída principalmente por indivíduos que vivem em união conjugal, (cerca de 98%). Importa mencionar que 2,2% já interromperam uma relação (Quadro 27).

A população feminina é a que mais se encontra no estado de união, com proporção idêntica à nacional, 97,9%, contra 95,8% para a masculina.

Contrariamente, entre os separados, viúvos e divorciados (os que já interromperam uma união), a maioria é do sexo masculino (4,2% contra 2,1% das raparigas).

Quadro 27:

Repartição da população dos 12-17 anos, segundo estado civil por sexo e idade

Sexo e idade	Estado Civil					
	Total	%	Casado (a)	%	Separado, viúvo e divorciado	%
Total	10.439	100	10.210	97,8	229	2,2
<16	3.518	100	3.419	97,2	99	2,8
16-17	6.921	100	6.791	98,1	130	1,9
Masculino	645	100	618	95,8	27	4,2
<16	315	100	297	94,3	18	5,7
16-17	330	100	321	97,3	9	2,7
Feminino	9.794	100	9.592	97,9	202	2,1
<16	3.203	100	3.122	97,5	81	2,5
16-17	6.591	100	6.470	98,2	121	1,8

C.2. Estrutura por sexo e idade

O Quadro 28 apresenta a estrutura por sexo e idade da população de 12-17 anos não solteira. Observa-se do mesmo que essa população é constituída na sua maioria por raparigas (9.794). A estrutura por idade apresenta uma tendência que se pode considerar de normal, isto é, valores *pouco expressivos* nas idades mais jovens, aumentando à medida que se avança na idade, correspondendo a população do grupo dos 16-17 anos 66,3%.

A proporção dos rapazes não solteiros com idade inferior a 16 anos é superior à das raparigas, 48,8% e 32,7%, respectivamente. Ao contrário, no grupo dos 16-17 anos, a proporção das raparigas é mais elevada (67,3% conta 51,2% para os rapazes).

Quadro 28:

Estrutura por sexo e idade da população de 12-17 anos, não solteira

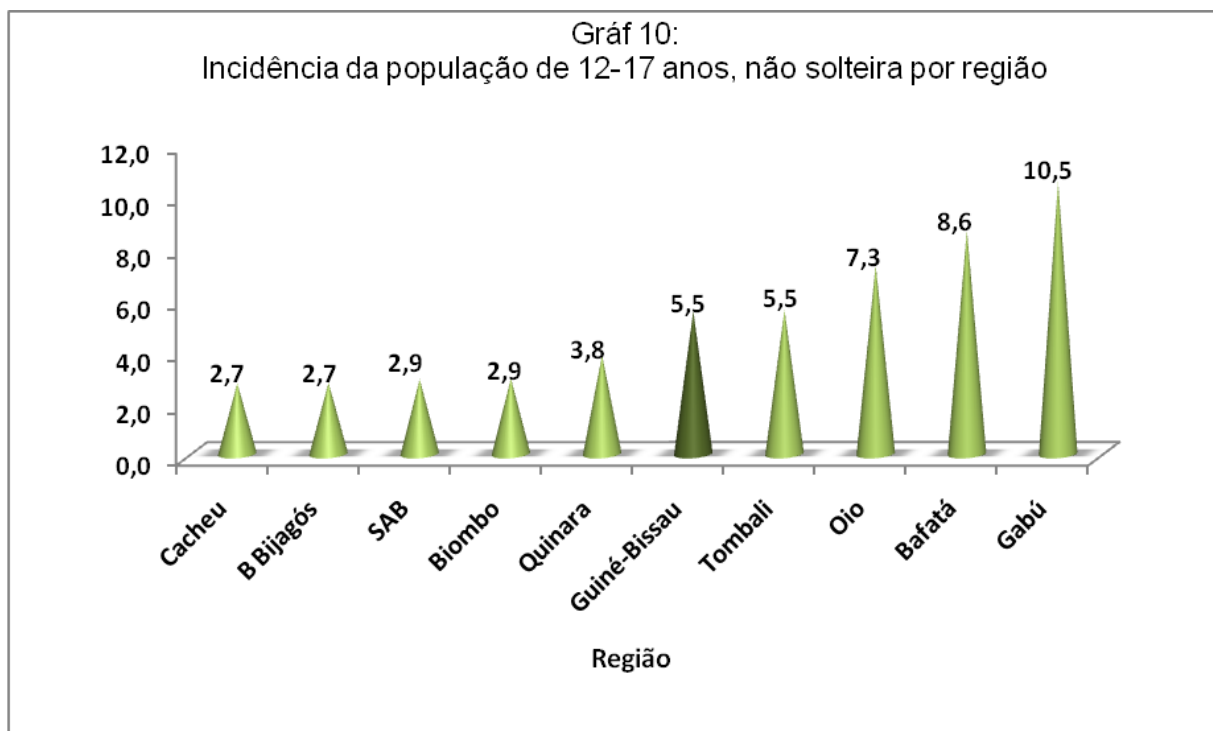
Sexo						
Idade	Total	%	Masculino	%	Feminino	%
Total	10.439	100	645	100	9.794	100
<16	3518	33,7	315	48,8	3203	32,7
16-17	6921	66,3	330	51,2	6591	67,3

C.3. Repartição por região

O Gráfico 10 mostra a incidência da população dos 12-17, não solteira por região.

As regiões de Gabú (10,5%), Bafatá (8,6%) e Oio (7,3%) apresentam valores relativamente elevados, atingindo na região de Gabú o dobro do valor nacional.

Nas restantes regiões as incidências são inferiores ao valor nacional, variando entre 2,7% nas regiões de Cacheu e B. Bijagós, 2,9% no SAB e na região de Biombo, e 3,8% na região de Quinara. A região de Tombali apresenta valor idêntico ao nacional (5,5%).



C.4. Frequência escolar e nível de instrução das raparigas não solteiras

Entre as raparigas não solteiras que declararam a frequência escolar, 69,6% nunca frequentou um estabelecimento de ensino, 19,6% chegou a frequentar alguma vez, mas depois abandonou e 10,8% estão a frequentar actualmente (Quadro 29).

Quadro 29:

Repartição das raparigas de 12-17 anos, não solteiras, segundo frequência escolar por grupos de idade

Grupos de idade	Frequência escolar							
	Total	%	Frequenta	%	Frequentou	%	Nunca Frequentou	%
Total	9.635*	100	1.041	10,8	1.890	19,6	6.704	69,6
<16	3.151	100	456	14,5	514	16,3	2.181	69,2
16-17	6.484	100	585	9,0	1.376	21,2	4.523	69,8

*A diferença em relação ao total corresponde aos não declarados

A frequência escolar diminuí com a idade: assim, a proporção das que frequentam um estabelecimento de ensino é mais elevada entre as crianças 16 anos (14,5%). Contrariamente, a proporção das que nunca frequentou é quase idêntica nos dois grupos considerados na análise.

No que se refere ao nível de instrução, constata-se que, entre as raparigas não solteiras que se encontram a frequentar uma escola e que declararam o nível de instrução, a maioria atingiram o EBU (87,4%) (Quadro 30).

Entre aquelas que já frequentaram e por alguma razão abandonaram, o nível máximo atingido pela maioria também é o EBU, (87,3%). Cerca de 5% atingiu o ensino secundário enquanto 8,1% abandonam sem atingir qualquer nível.

Quadro 30:

Repartição das raparigas dos 12-17 anos, não solteiras, segundo nível de instrução por frequência escolar

Frequência escolar	Nível de instrução							
	Total	%	Sem nível	%	Ensino Primário	%	Ensino Secundário	%
Total	7.601*	100	386	5,1	6.646	87,4	569	7,5
Frequenta	5.492	100	204	3,7	4.817	87,7	471	8,6
Frequentou	2.079	100	168	8,1	1.815	87,3	96	4,6

*A diferença em relação ao total corresponde aos não declarados

D. CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

A realidade mostra-nos que as barreiras socioculturais e económicas determinam as consequências de uma incapacidade para a vida quotidiana de uma pessoa, impedindo-a do acesso aos serviços disponíveis aos outros cidadãos, como a educação, saúde, habitação, emprego, transportes e mesmo a uma vida familiar.

A caracterização das crianças com deficiência revela-se de grande importância, na medida em que fornece elementos que poderão apoiar na criação de condições adequadas para garantir a igualdade de oportunidades sociais e educacionais, facilitando assim a sua reabilitação física e integração social.

D.1. Volume e repartição por sexo

As crianças com deficiência correspondem a um total de 2.368 indivíduos, entre os quais, os rapazes representam um efectivo de 1.329 indivíduos (56,1%) e as raparigas a 1.039 (44,9%) (Quadro A7 do Anexo).

Estas crianças correspondem a 17% da população total com deficiência na Guiné-Bissau e 0,3% do total da população com idade compreendida entre 0-17 anos.

Apesar destas proporções serem ínfimas a nível estatístico, esta situação pode ser considerada um pouco preocupante, na medida em que para muitas crianças, a presença de uma deficiência pode dificultar a realização de actividades que são essenciais para o seu normal desenvolvimento.

E, tanto mais grave se torna, quando a nível das famílias e da sociedade em geral, se têm atitudes e comportamentos discriminatórios, durante estes anos críticos em que a personalidade e a auto-imagem da criança estão a desenvolver-se.

D.2. Estrutura por sexo e idade

Entre as crianças com deficiência, o grupo de 6-12 anos, idade de escolaridade obrigatória, representa 43,8%, o de 13-17 anos representa 38,9% enquanto que as crianças menores de cinco anos representam 17,4% (Quadro 31).

A menor percentagem na população dos 0-5 anos poderá ser devido a maior cobertura da vacinação e da melhoria da saúde materno-infantil em geral.

A relação de masculinidade indica que a nível nacional, para cada 100 raparigas com deficiência, existem 128 são rapazes.

Esta situação é idêntica para os outros grupos de idade com diferenças mais elevadas no grupo dos 0-5 e 6-12 anos (134 rapazes para cada 100 raparigas).

Quadro 31:

Estrutura por sexo e grupo de idade e relação de masculinidade para as crianças com deficiências

Grupo de idade	Sexo e relação de masculinidade						Relação de masculinidade
	Total	%	Masculino	%	Feminino	%	
Guiné-Bissau	2.368	100	1.329	100	1.039	100	128
0 – 5	412	17,4	236	17,8	176	16,9	134
6 – 12	1.036	43,8	594	44,7	442	42,5	134
13 – 17	920	38,9	499	37,5	421	40,5	119

D.3. Repartição espacial

A maioria das crianças com deficiência reside no meio rural, correspondendo a uma proporção de 60,1% contra 39,9% no urbano (Quadro 32).

Entretanto, observa-se que não existem diferenças na repartição entre os sexos nos dois meios de residência (60% para os rapazes e raparigas no meio rural e cerca de 40% para ambos no urbano).

As características geográficas das zonas rurais, a limitação dos serviços de cuidado de saúde primários, com especial ênfase na protecção materno-infantil, no aconselhamento aos pais sobre factores genéticos, na vacinação contra doenças infecciosas e na prevenção de acidentes e higiene do meio ambiente poderão ter sido factores que contribuem para a elevada taxa no meio rural.

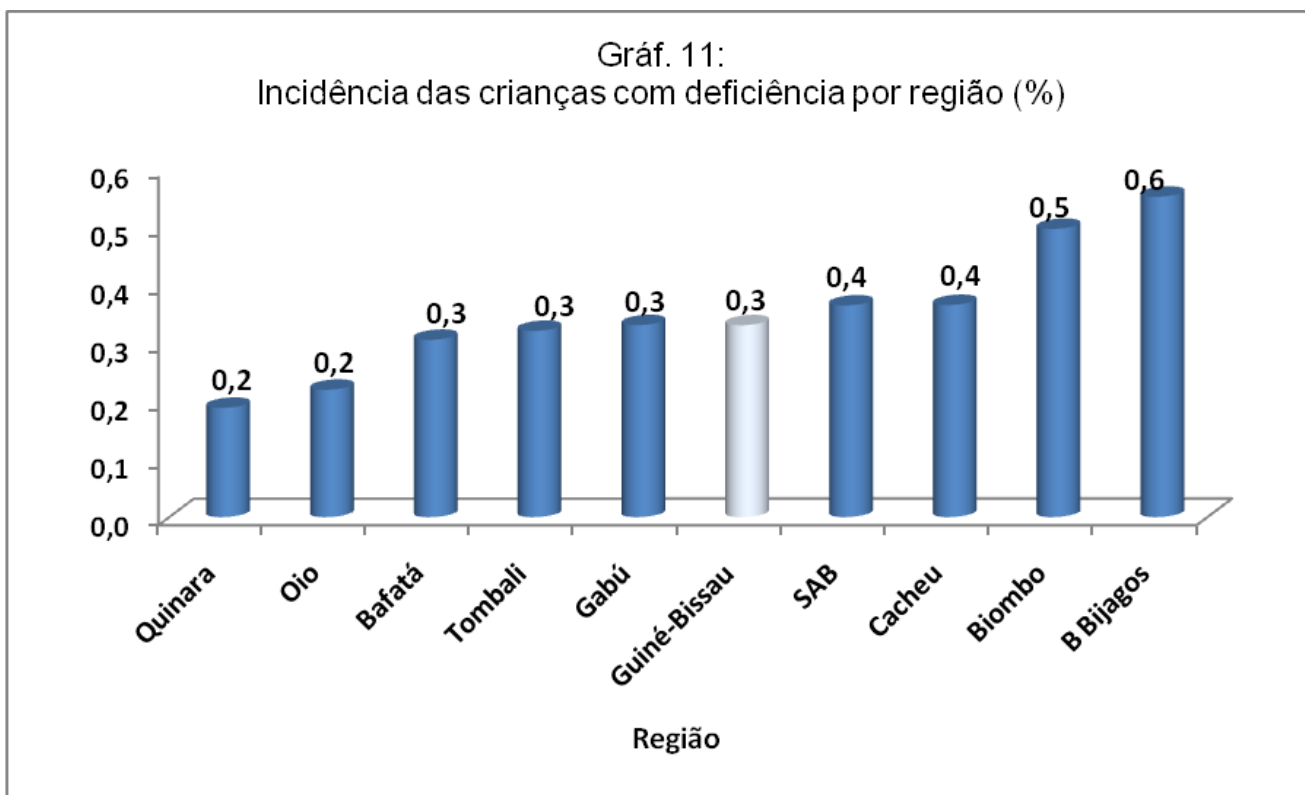
Quadro 32:

Repartição das crianças com deficiências segundo sexo por meio de residência

Meio de residência	Sexo					
	Total	%	Masculino	%	Feminino	%
Guiné-Bissau	2.368	100	1.329	100	1.039,0	100
Urbano	944	39,9	530	39,9	414	39,8
Rural	1.424	60,1	799	60,1	625	60,2

O Gráfico 11 apresenta a incidência das crianças com deficiência por região. O valor mais alto verifica-se nas regiões de B. Bijagós (0,6%). Seguem-se as regiões de Biombo (0,5%), Cacheu (0,4%), e SAB (0,4%).

Nas regiões de Quinara e Oio, as incidências são inferiores ao valor nacional (0,2%). As regiões de Bafatá, Tombali e Gabú apresentam incidências iguais ao nacional (0,3%).



D.4. Tipos de deficiência

Conhecer os diferentes tipos de deficiência que afectam as crianças constitui informação relevante para os serviços de reabilitação, no âmbito da implementação das políticas sociais.

Quase metade das crianças tem uma deficiência motora e 46,4% uma deficiência incluída na categoria de outra. Convém salientar que 4,6% tem uma deficiência múltipla (Quadro 33). A situação social das crianças desse grupo é ainda mais grave do que as outras devido à natureza da própria deficiência, pois dificilmente podem ser integradas nas escolas por possuírem na maioria dependência total de outras pessoas.

Esta repartição vai de encontro à da população total com deficiência, apesar da proporção correspondente às deficiências motoras ser relativamente inferior à população total (48,1%) e a das deficiências incluídas na categoria de outra e as múltiplas ser igual à proporção da população total. (44,9% e 3,6%, respectivamente).

Existem diferenças em todos os tipos de deficiência entre os dois meios de residência. Assim, a proporção das crianças com deficiência motora é mais elevada no meio rural do que no meio urbano (50,1% contra 47,3% no urbano) enquanto que, a das com outras deficiências é mais elevada no meio urbano do que no rural (48,8% contra 44,8% no rural). A proporção das crianças com deficiência múltipla é relativamente maior no meio rural do que no urbano (5,1% e 3,9%, respectivamente).

De realçar que não existem diferenças entre as crianças de 0-5 anos com deficiência motora nos dois meios de residência.

Quadro 33:

Repartição de crianças com deficiência segundo tipo de deficiência e meio de residência por grupos de idade

Tipos de deficiências						
Grupos de idade	Deficiência motora	%	Outra deficiência	%	Deficiência múltipla	%
Total	1.119	49	1.059	46,4	105	4,6
0 -5	209	51,4	185	45,5	13	3,2
6-12	467	46,2	489	48,4	54	5,3
13 - 17	443	51,2	385	44,5	38	4,4
Urbano						
Total	426	47,3	440	48,8	35	3,9
0 -5	76	51,7	67	45,6	4	2,7
6-12	162	43,7	190	51,2	19	5,1
13 - 17	188	49,1	183	47,8	12	3,1
Rural						
Total	693	50,1	619	44,8	70	5,1
0 -5	133	51,2	118	45,4	9	3,5
6-12	305	47,7	299	46,8	35	5,5
13 - 17	255	52,8	202	41,8	26	5,4

D.5. Frequência escolar

A análise da frequência escolar das crianças com deficiência é uma das componentes mais importantes na caracterização dessas crianças.

As informações poderão apoiar na formulação de políticas que visam contribuir para a sua integração social, através de uma integração escolar que possa proporcionar-lhes uma vida activa mais satisfatória na idade adulta.

O Quadro 34 apresenta a repartição das crianças dos 6-17 anos com deficiência segundo grupos de idade. Verifica-se que das crianças com deficiência de 6-17 anos e que responderam a esta questão existe uma proporção relativamente significativa que se encontram fora do sistema (53,0%), entre as quais, 46,0% nunca frequentaram uma escola e 7,0% frequentaram mas por alguma razão tiveram que abandonar. De realçar que 47,0% de crianças nesta condição estão a frequentar um estabelecimento de ensino.

A proporção de crianças com deficiência que nunca frequentaram uma escola é mais elevada no grupo de idade dos 6-12 anos, idade de escolaridade obrigatória, 49,5%; contrariamente ao que acontece no grupo dos 13-17 anos em que os que frequentam apresentam uma maior proporção (47,5%).

A proporção de crianças com deficiência que se encontram fora do sistema de ensino é mais elevada no meio rural do que no meio urbano (61,5% contra 40,6% no meio urbano).

Em todos os grupos de idade a proporção das que frequentam é mais elevada no meio urbano que no rural, com proporções relativamente importantes no grupo dos 13-17 anos (62,3% contra 35,9% no meio rural).

O facto de existir mais de metade das crianças com deficiência que se encontram fora do sistema escolar constitui um problema que, por um lado pode dever-se a factores internos do próprio sistema de educação como falta de professores com formação pedagógica adequada e de materiais didácticos e instalações adequadas; e por outro lado, a factores externos ao sistema de educação que se prendem com as condições socioeconómicas dos agregados onde vivem as crianças.

Quadro 34:

Repartição das crianças dos 6-17 anos, com deficiências segundo frequência escolar e meio de residência por idade

Frequência escolar								
Grupos de idade	Total	%	Frequenta	%	Frequentou	%	Nunca Frequentou	%
Total	1.876	100	882	47,0	131	7,0	863	46,0
6-12	984	100	458	46,5	39	4	487	49,5
13 - 17	892	100	424	47,5	92	10,3	376	42,2
Urbano								
Total	760	100	452	59,5	62	8,2	246	32,4
6-12	367	100	207	56,4	21	5,7	139	37,9
13 - 17	393	100	245	62,3	41	10,4	107	27,2
Rural								
Total	1.116	100	430	38,5	69	6,2	617	55,3
6-12	617	100	251	40,7	18	2,9	348	56,4
13 - 17	499	100	179	35,9	51	10,2	269	53,9

CONCLUSÃO

1. A população dos 0-17 anos representa a quase metade, 49%, da população total residente em agregado familiar na Guiné-Bissau, sem grandes disparidades entre os sexos, representando a feminina cerca de 50% e a masculina a 50%;
2. No meio rural esta população corresponde a cerca de 52% do total da população residente contra cerca de 46% do meio urbano. Entretanto, existem diferenças a nível das regiões variando a taxa de incidência entre cerca de 44% para o SAB e cerca de 54% para Gabú;
3. Quanto a distribuição das crianças por etnia, constata-se que a maioria das crianças pertence a etnia fula com 215.793 efectivos que correspondem a 30% do total da população desta etnia;
4. Existem 495 crianças que são chefes de agregado, 3.897 que são cônjuges, 10.014 que não possuem qualquer laço de parentesco com o chefe do agregado onde vivem e 284.984 que embora não sendo filhos do chefe possuem algum laço de parentesco com o chefe (são netos, sobrinhos, primos, irmãos, tios, cunhados ou outro parente).
5. No que concerne às condições de vida, os resultados atingidos ainda estão longe dos preconizados na Cimeira Mundial da Infância, com maiores desigualdades para as crianças do meio rural. Assim:
 - ✓ Mais de metade das crianças de 0-17 anos não têm acesso a água potável;
 - ✓ A grande maioria não tem acesso a electricidade;
 - ✓ Menos de metade não tem acesso a instalações sanitárias.
6. Apesar do acesso à educação constituir um desafio das autoridades, das organizações de defesa das crianças e dos pais, ainda existe uma percentagem relativamente importante de crianças que se encontram fora do sistema de ensino;

7. Apesar do trabalho de criança ser considerada internacionalmente um grave problema social e da existência de leis na Guiné-Bissau que proíbe a contratação de menores, existe uma proporção significativa de crianças que trabalham. São na maioria do sexo feminino e residem sobretudo no meio rural.
8. A população dos 12-17 anos que se encontra na situação de união ou que rompeu a união constitui um grande problema social com dupla violação dos seus direitos. Ela representa 5% da população da mesma idade;
9. As crianças com deficiência correspondem a uma proporção bastante significativa, representando as com idade escolar obrigatória (6-12 anos) a maioria (cerca de 44%).

BIBLIOGRAFIA

Constituição da República da Guiné-Bissau.

Convenção sobre os Direitos das Crianças.

Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança.

INE, Micro dados do Censo – 2009.

Recenseamento Geral da População e Habitação (2009).

Crianças Censo 2000, Instituto Nacional de Estatística, Cabo-Verde, 2000

Código Civil da República da Guiné-Bissau.

Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores do Ultramar regida actualmente pela Lei 1/73.

Código Penal da República da Guiné-Bissau.

Lei Orgânica dos Tribunais de Sector – Guiné-Bissau.

UNICEF/Radda Barnen (1996) “*A Convenção dos Direitos da Criança na ordem jurídica guineense*” Faculdade de Direito de Bissau - Bissau.

UNICEF/ LGDH (1999) “*Guiné-Bissau: A Protecção Jurídica da Criança no Direito Positivo*”, Faculdade de Direito de Bissau - Bissau.

UNICEF (s/d) *Convenção sobre os Direitos da Criança* – Fundo das Nações Unidas para a Infância – Nova gráfica, Lda., Bissau.

Relatório sobre a protecção da Criança na Guiné-Bissau – Revisão de Pares sobre a situação das Crianças no espaço CEDEAO – Reunião Ministerial, Dakar, Setembro de 2003.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP: “*Abuso e Exploração Sexual de Menores na Guiné-Bissau*”. “Centro de Estudos Socioeconómicos do INEP” (CESE)

Web - Sites consultados:

- www.unicef.org
- www.unfpa.org
- www.bit.org

Quadro A1:
População dos 0-17 anos segundo relação de parentesco com o CAF por idade

Relação de parentesco														
Idade	Total	CAF	Cônjuge	Filho solteiro	Filho não solteiro	Sobrinho	Genro/Nora	Irmão	Primo	Cunhado	Neto	Tio	Outros parentes	Não parente
Total	703.752	495	3.898	402.830	1.508	116.469	916	20.323	6.741	6.860	119.994	1.015	12.688	10.015
0	31.433	0	0	17.769	0	3.509	0	159	64	31	9.223	25	380	273
1	44.546	0	0	25.583	0	5.143	0	263	121	71	12.371	51	564	379
2	52.341	0	0	30.333	0	6.707	0	405	175	68	13.568	57	615	413
3	48.042	0	0	27.375	0	6.944	0	453	200	90	11.842	49	655	434
4	48.230	0	0	27.598	0	7.411	0	552	296	159	11.016	51	643	504
5	46.555	0	0	26.721	0	7.730	0	620	266	186	9.692	53	758	529
6	42.173	0	0	24.758	0	7.130	0	643	291	205	7.850	47	675	574
7	40.593	0	0	23.851	0	7.087	0	781	324	227	7.029	58	690	546
8	38.447	0	0	22.901	0	6.623	0	881	322	258	6.144	52	699	567
9	36.966	0	0	22.025	0	6.690	0	978	405	305	5.188	54	720	601
10	39.293	0	0	23.117	0	7.492	0	1.315	450	375	5.038	82	775	649
11	32.655	0	0	19.538	0	6.128	0	1.120	400	367	3.828	47	690	537
12	35.281	43	135	20.734	33	6.743	42	1.528	459	431	3.666	51	783	633
13	33.553	41	136	19.735	63	6.486	48	1.590	490	470	3.127	49	661	657
14	35.063	75	310	20.162	143	6.491	96	1.940	575	619	3.089	66	827	670
15	35.565	86	714	19.245	299	6.709	179	2.350	621	829	2.843	83	865	742
16	31.838	113	1022	16.430	371	5.842	228	2.292	652	1.000	2.365	74	804	645
17	31.178	137	1581	14.955	599	5.604	323	2.453	630	1.169	2.115	66	884	662

Quadro A2:
População dos 0-17 anos residente no meio urbano segundo relação de parentesco com o CAF por idade

Relação de parentesco														
Idade	Total	CAF	Cônjuge	Filho solteiro	Filho não solteiro	Sobrinho	Genro/Nora	Irmão	Primo	Cunhado	Neto	Tio	Outros parentes	Não parente
Total	258.274	220	1.345	141.951	235	47.254	114	7.065	2.808	4.004	43.972	344	5.290	3.672
0	11.469	0	0	6.447	0	1.150	0	32	24	17	3.546	8	142	103
1	14.715	0	0	8.384	0	1.558	0	68	36	33	4.292	17	200	127
2	16.045	0	0	9.303	0	1.899	0	79	53	29	4.335	16	214	117
3	15.255	0	0	8.755	0	2.033	0	91	53	50	3.915	13	203	142
4	15.656	0	0	8.960	0	2.292	0	125	75	93	3.712	12	237	150
5	15.047	0	0	8.525	0	2.416	0	129	85	105	3.347	16	275	149
6	14.075	0	0	7.996	0	2.475	0	154	90	115	2.826	10	252	157
7	13.904	0	0	7.958	0	2.491	0	193	117	138	2.574	14	262	157
8	13.571	0	0	7.819	0	2.502	0	226	109	158	2.301	14	265	177
9	12.999	0	0	7.379	0	2.626	0	252	128	188	1.938	18	276	194
10	14.558	0	0	8.113	0	3.034	0	406	164	254	2.008	36	327	216
11	12.852	0	0	7.266	0	2.720	0	353	152	253	1.589	19	318	182
12	13.968	21	40	7.614	9	3.131	18	498	188	300	1.531	17	357	244
13	14.114	21	51	7.642	15	3.243	4	569	244	351	1.368	18	306	282
14	14.729	25	97	7.954	19	3.164	15	748	273	401	1.328	21	390	294
15	15.284	34	243	7.624	45	3.555	20	960	308	485	1.260	28	399	323
16	15.277	56	387	7.433	60	3.495	26	1.047	360	537	1.090	35	429	322
17	14.756	63	527	6.779	87	3.470	31	1.135	349	497	1.012	32	438	336

Quadro A2:
População dos 0-17 anos residente no meio rural segundo relação de parentesco com o CAF por idade

Idade	Relação de parentesco													
	Total	CAF	Cônjuge	Filho(a) solteiro(a)	Filho(a) não solteiro(a)	Sobrinho	Genro/Nora	Irmão	Primo	Cunhado	Neto	Tio	Outros parentes	Não parente
Total	445.478	275	2.553	260.879	1.273	69.215	802	13.258	3.933	2.856	76.022	671	7.398	6.343
0	19.964	0	0	11.322	0	2.359	0	127	40	14	5.677	17	238	170
1	29.831	0	0	17.199	0	3.585	0	195	85	38	8.079	34	364	252
2	36.296	0	0	21.030	0	4.808	0	326	122	39	9.233	41	401	296
3	32.787	0	0	18.620	0	4.911	0	362	147	40	7.927	36	452	292
4	32.574	0	0	18.638	0	5.119	0	427	221	66	7.304	39	406	354
5	31.508	0	0	18.196	0	5.314	0	491	181	81	6.345	37	483	380
6	28.098	0	0	16.762	0	4.655	0	489	201	90	5.024	37	423	417
7	26.689	0	0	15.893	0	4.596	0	588	207	89	4.455	44	428	389
8	24.876	0	0	15.082	0	4.121	0	655	213	100	3.843	38	434	390
9	23.967	0	0	14.646	0	4.064	0	726	277	117	3.250	36	444	407
10	24.735	0	0	15.004	0	4.458	0	909	286	121	3.030	46	448	433
11	19.803	0	0	12.272	0	3.408	0	767	248	114	2.239	28	372	355
12	21.313	22	95	13.120	24	3.612	24	1.030	271	131	2.135	34	426	389
13	19.439	20	85	12.093	48	3.243	44	1.021	246	119	1.759	31	355	375
14	20.334	50	213	12.208	124	3.327	81	1.192	302	218	1.761	45	437	376
15	20.281	52	471	11.621	254	3.154	159	1.390	313	344	1.583	55	466	419
16	16.561	57	635	8.997	311	2.347	202	1.245	292	463	1.275	39	375	323
17	16.422	74	1.054	8.176	512	2.134	292	1.318	281	672	1.103	34	446	326

Relação de parentesco														
Tipologia de Agregado	Total	Chefe	Cônjuge	Filho solteiro	Filho não solteiro	Sobrinho	Genro/ Nora	Irmão	Primo	Cunhado	Neto	Tio	Outros parentes	Sem parentes co
Total	703424	493	3900	404064	1512	116403	914	20307	6736	6858	118916	1015	12295	10011
Masculino	581431	327	3797	355368	1335	96541	817	17714	5510	6132	76813	778	8485	7814
Feminino	121993	166	103	48696	177	19862	97	2593	1226	726	42103	237	3810	2197
Isolada														
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monoparental														
Total	1457	4	0	1449	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	399	0	0	397	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	1058	4	0	1052	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monogâmico														
Total	62461	6	378	61976	101	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	60955	4	359	60493	99	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	1506	2	19	1483	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Poligâmico														
Total	37104	0	452	36540	112	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	37104	0	452	36540	112	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monoparental alargado														
Total	92448	26	0	36419	157	16691	86	2138	899	582	33226	151	2073	0
Masculino	19116	4	0	8361	37	4157	24	731	223	153	4998	31	397	0
Feminino	73332	22	0	28058	120	12534	62	1407	676	429	28228	120	1676	0
Monogâmico alargado														
Total	206644	39	543	114184	367	41884	271	6790	2175	3594	33186	285	3326	0
Masculino	197733	35	493	109963	352	40496	263	6622	2077	3498	30716	267	2951	0

Feminino	8911	4	50	4221	15	1388	8	168	98	96	2470	18	375	0
Poligâmico alargado														
Total	189836	27	1356	115433	669	31412	424	3292	1192	1517	31482	232	2800	0
Masculino	189834	27	1356	115432	669	31411	424	3292	1192	1517	31482	232	2800	0
Feminino	2	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros tipos														
Total	113474	391	1171	38063	102	26416	133	8087	2470	1165	21022	347	4096	10011
Masculino	76290	257	1137	24182	64	20477	106	7069	2018	964	9617	248	2337	7814
Feminino	37184	134	34	13881	38	5939	27	1018	452	201	11405	99	1759	2197

Quadro A4:
População dos 0-17 anos residente no meio urbano segundo relação de parentesco com o CAF por tipologia do agregado e sexo do CAF

Tipologia de Agregado	Relação de parentesco													
	Total	Chefe	Cônjuge	Filho solteiro	Filho não solteiro	Sobrinho	Genro/Nora	Irmão	Primo	Cunhado	Neto	Tio	Outros parentes	Sem parentesco
Total	258180	219	1345	142585	235	47228	113	7059	2806	4004	43441	344	5130	3671
Masculino	187337	127	1284	114020	181	33827	84	5140	1931	3516	21331	213	3081	2602
Feminino	70843	92	61	28565	54	13401	29	1919	875	488	22110	131	2049	1069
Isolada														
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monoparental														
Total	875	1	0	872	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	172	0	0	170	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	703	1	0	702	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monogâmico														
Total	24838	1	220	24602	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	24285	1	206	24063	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	553	0	14	539	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Poligâmico														
Total	5321	0	69	5242	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	5321	0	69	5242	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monoparental alargado														
Total	54168	15	0	21493	49	10838	23	1313	601	376	18195	80	1185	0
Masculino	7569	2	0	3461	9	1763	0	231	76	80	1783	9	155	0
Feminino	46599	13	0	18032	40	9075	23	1082	525	296	16412	71	1030	0
Monogâmico alargado														
Total	91680	19	213	52701	74	19173	54	2433	923	2417	12002	109	1562	0
Masculino	87970	18	186	50947	72	18514	52	2340	870	2371	11069	104	1427	0
Feminino	3710	1	27	1754	2	659	2	93	53	46	933	5	135	0
Poligâmico alargado														
Total	36145	5	204	21836	65	6556	20	482	191	461	5705	44	576	0
Masculino	36145	5	204	21836	65	6556	20	482	191	461	5705	44	576	0
Feminino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros tipos														
Total	45153	178	639	15839	20	10661	16	2831	1091	750	7539	111	1807	3671
Masculino	25875	101	619	8301	8	6994	12	2087	794	604	2774	56	923	2602
Feminino	19278	77	20	7538	12	3667	4	744	297	146	4765	55	884	1069

Quadro A5:
População dos 0-17 anos residente no meio rural segundo relação de parentesco com o CAF por tipologia do agregado e sexo do CAF

Tipologia de Agregado	Total	Chefe	Cônjuge	Filho solteiro	Filho não solteiro	Sobrinho	Genro/Nora	Irmão	Primo	Cunhado	Neto	Tio	Outros parentes	Sem parentesco
Total	445244	274	2555	261479	1277	69175	801	13248	3930	2854	75475	671	7165	6340
Masculino	394094	200	2513	241348	1154	62714	733	12574	3579	2616	55482	565	5404	5212
Feminino	51150	74	42	20131	123	6461	68	674	351	238	19993	106	1761	1128
Isolada														
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monoparental														
Total	582	3	0	577	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	227	0	0	227	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	355	3	0	350	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monogâmico														
Total	37623	5	158	37374	86	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	36670	3	153	36430	84	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	953	2	5	944	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Poligâmico														
Total	31783	0	383	31298	102	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Masculino	31783	0	383	31298	102	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monoparental alargado														
Total	38280	11	0	14926	108	5853	63	825	298	206	15031	71	888	0
Masculino	11547	2	0	4900	28	2394	24	500	147	73	3215	22	242	0
Feminino	26733	9	0	10026	80	3459	39	325	151	133	11816	49	646	0
Monogâmico alargado														
Total	114964	20	330	61483	293	22711	217	4357	1252	1177	21184	176	1764	0
Masculino	09763	17	307	59016	280	21982	211	4282	1207	1127	19647	163	1524	0
Feminino	5201	3	23	2467	13	729	6	75	45	50	1537	13	240	0
Poligâmico alargado														
Total	153691	22	1152	93597	604	24856	404	2810	1001	1056	25777	188	2224	0
Masculino	153689	22	1152	93596	604	24855	404	2810	1001	1056	25777	188	2224	0
Feminino	2	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros tipos														
Total	68321	213	532	22224	82	15755	117	5256	1379	415	13483	236	2289	6340
Masculino	50415	156	518	15881	56	13483	94	4982	1224	360	6843	192	1414	5212
Feminino	17906	57	14	6343	26	2272	23	274	155	55	6640	44	875	1128

Quadro A6:

Repartição da população de 12-17 anos, segundo estado civil por sexo e grupos de idade

Estado Civil					
Sexo e grupos de idade	Total	Solteiro	Casado	Separado, viúvo e divorciado	ND
Total	205.402	177.704	10.210	229	17.259
<16	141.525	124.873	3.419	99	13.134
16-17	63.877	52.831	6.791	130	4.125
Masculino	102.305	91.652	618	27	10.008
<16	70.832	62.939	297	18	7.578
16-17	31.473	28.713	321	9	2.430
Feminino	103.097	86.052	9.592	202	7.251
<16	70.693	61.934	3.122	81	5.556
16-17	32.404	24.118	6.470	121	1.695

Quadro A7:

População de 0-17 anos com deficiência segundo tipo e sexo por grupos de idade

Grupos de idade	Deficiência Motora					Deficiência múltipla	Outra Deficiência		
	Total	Paralisia total	Membros superiores	Membros inferiores	Outro	Total	Total	Cego	Surdo e mudo
Total	1.119	108	186	566	259	105	1.059	544	515
0 - 5	209	22	35	100	52	13	185	114	71
6-12	467	46	82	229	110	54	489	229	260
13 - 17	443	40	69	237	97	38	385	201	184
Masculino									
Total	648	61	104	323	160	61	574	271	303
0 - 5	122	11	21	50	40	9	106	57	49
6-12	278	27	46	139	66	31	272	114	158
13 - 17	248	23	37	134	54	21	196	100	96
Feminino									
Total	471	47	82	243	99	44	485	273	212
0 - 5	87	11	14	50	12	4	79	57	22
6-12	189	19	36	90	44	23	217	115	102
13 - 17	195	17	32	103	43	17	189	101	88



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DO PLANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANO



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS "INE"

DEPARTAMENTO CENTRAL DE RECENSEAMENTO

1. É obrigatório o fornecimento dos dados estatísticos solicitados pelos funcionários ou agentes credenciados para a recolha directa nos termos dos n.º 1 e 2 do art.º 25 da Lei Base SEN, bem como a exibição dos livros e documentos pertinentes por eles solicitados que for legalmente obrigatório
2. Nos termos do art.º. 7º, da lei Base do Sistema Estatístico Nacional, todos os dados estatísticos individuais recolhidos por órgãos produtores de estatísticas oficiais do SEN, são de natureza estritamente confidencial.

III^o RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO

I. IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

G 01. REGIÃO: _____

G 02. SECTOR: _____

G 03. MEIO (1 - Urbano ou 2 - Rural) _____

G 04. CIDADE: _____

G 05. DR: _____

QUEST. N^o *Se for uma continuação marcar aqui*

_____ de _____

G 06. ESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO É :

0 - Familiar; 4 - Educação (Internato) 8 - Trabalho (Estaleiro);

1 - Hotel; 5 - Assistência Social (orfanato); 9- Outro Colectivo

2- Hospital, Clínica (Saúde); 6 – Religioso; (especificar): _____

3- Caserna (Quartel); 7 – Prisão;

G 07. BAIRRO/TABANCA/ACAMPAMENTO: _____

--	--

(Se se tratar de bairro de uma tabanca, escrever o nome da tabanca e o nome do bairro entre parênteses)

NOME DO CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR: _____

RESUMO RECAPITULATIVO

SITUAÇÃO DE RESIDENCIA	SEXO			TOTAL DOS RECEASEADOS NO AGREGADO				
	MASCULINO	FEMININO	AMBOS OS SEXOS					
1. RP - RESIDENTE PRESENTE	<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>		<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>		<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>		<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>	
2. RA - RESIDENTE AUSENTE	<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>		<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>		<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>			
3. PNR - PRESENTE NÃO RESIDENTE	<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>		<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>		<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>			
4. POPULAÇÃO POR DIREITO (RP+RA)=> (1+2)	<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>		<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>		<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>			
5. POPULAÇÃO EFECTIVA (RP+PNR)=> (1+3)	<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>		<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>		<table border="1"><tr><td> </td></tr></table>			

RESERVADO AO CONTROLO

C.1. FEITO PELO INQUIRIDOR: _____

NOME

20		
----	--	--

D M A

C.2. VISTO PELO CONTROLADOR: _____

NOME

_____ 2009

D M A

C.3. CODIFICADO POR: _____

NOME

_____ 2009

D M A

C.4. DIGITADO POR: _____

NOME

_____ 2009

D M A

II. CARACTERISTICAS DA HABITAÇÃO:

H 01	TIPO DE CONSTRUÇÃO DESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO FAMILIAR <i>1. Alojamento Definitivo</i> ___ <i>2. Alojamento Precário</i>	H 09	EXISTE INSTALAÇÃO SANITÁRIA NESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO? ___ 1 - Sim 2 – Não, utiliza do vizinho → H 11 3 – Não Tem-----→ H 13
H 02	QUANTAS DIVISÕES EXISTEM NESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO? <i>(Considerar apenas as divisões utilizada para dormir)</i> ___ ___	H 10	QUANTAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS EXISTEM NESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO? <i>(Se 9 instalações ou mais, registrar 9)</i> ___
H 03.	ESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO É: <i>1 – Arrendada à entidade Publica</i> <i>2 – Arrendada à entidade Privada</i> <i>3 – Ocupado pelo Proprietário</i> ___ <i>4 – Cedida/ Emprestada</i> <i>5 – Outro</i>	H 11	TIPO DA INSTALAÇÃO SANITARIA OU RETRETE: ___ <i>1 - Uso exclusivo com Dispositivo de Descarga</i> <i>2 - Uso exclusivo sem Dispositivo de Descarga</i> <i>3 - Uso partilhado com Dispositivo de Descarga</i> <i>4 - Uso partilhado sem Dispositivo de Descarga</i>
H 04	QUAL É O MATERIAL PREDOMINANTEMENTE UTILIZADO NO <u>PAVIMENTO</u> DESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO? <i>1 - Mosaico</i> <i>2 - Cimento</i> ___	H 12	QUAL É O TIPO DE ESGOTO UTILIZADO NESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO? ___ <i>1 - Rede publica</i> <i>2 - Fossa Fechada (Séptica)</i> <i>3 - Fossa Aberta (retrete)</i>

	<p>3 - Terra Batida</p> <p>4- Outro</p>		<p>4- Outro</p>
H 05	<p>QUAL É O MATERIAL PREDOMINANTEMENTE UTILIZADO NAS <u>PAREDES EXTERIORES</u> DESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO?</p> <p>1 - Pedra</p> <p>2 - Tijolo</p> <p>3 - Bloco de Cimento</p> <p>4 - Adobe Reforçado ____ </p> <p>5 - Adobe/ Taípe</p> <p>6 - Kirintim com Lama</p> <p>7- Outro</p>	H 13	<p>O LIXO DESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO É:</p> <p>1 - Coletado por serviço de limpeza</p> <p>2 - Colocado em tanque de lixo</p> <p>3 - Queimado ou Enterrado no quintal ____ </p> <p>4 - Vazado em terreno livre ou rua</p> <p>5- Outro</p>
H 06	<p>QUAL É O MATERIAL PREDOMINANTEMENTE UTILIZADO NA <u>COBERTURA</u> DESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO?</p> <p>1 - Telha</p> <p>2 - Fibrocimento</p> <p>3 - Zinco ____ </p> <p>4 - Palha</p> <p>5- Outro</p>	H 14	<p>QUAL É O COMBUSTÍVEL MAIS USADO PARA COZINHAR?</p> <p>1 - Lenha</p> <p>2 - Carvão.</p> <p>3 – Gás ____ </p> <p>4 – Petróleo</p> <p>5- Outro</p>
H. 07	<p>QUAL É A PRINCIPAL FORMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA <u>PARA BEBER</u> UTILIZADA NESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO?</p>	H 15	<p>QUAL É A PRINCIPAL FORMA DE ILUMINAÇÃO UTILIZADA NESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO?</p>

	<p>1 - Canalizada em pelo menos numa divisão</p> <p>2 - Canalizada no quintal</p> <p>3 - Canalizada fora da casa</p> <p>4 - Furo <input type="checkbox"/></p> <p>5 - Fonte</p> <p>6- Água engarrafada</p> <p>7- Outro</p>		<p>Elétrica:</p> <p>11 - Rede Publica</p> <p>12 - Gerador particular no domicilio</p> <p>13 - Gerador do vizinho</p> <p><input type="checkbox"/></p> <p>14 - Gerador de empresa ou serviço</p> <p>15 - Paine solar</p>
H 08	<p>QUAL É A PRINCIPAL FORMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA UTILIZADA NESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO?</p> <p>1 – Canalizada em pelo menos numa divisão</p> <p>2 - Canalizada no quintal</p> <p>3 – Canalizada fora da casa</p> <p>4 - Furo <input type="checkbox"/></p> <p>5 - Fonte</p> <p>6 – Rio/ Lagoa</p> <p>7- Outro</p>		<p>Não Elétrica:</p> <p>21 - Vela</p> <p>22 – Gasóleo/ Petróleo</p> <p>23 – Gaz</p> <p><input type="checkbox"/></p> <p>24- Outro</p>

III. EQUIPAMENTOS: NESTA UNIDADE DE ALOJAMENTO EXISTEM ESTES BENS/MEIOS DE CONFORTO?			
H 16. FILTRO DE ÁGUA	1 - SIM	2 - NÃO	
H 17. ARCA/FRIGORIFICO	1 - SIM	2 - NÃO	H 21. TELEMÓVEL..... 1 - SIM 2 - NÃO
H 18. RADIO	1 - SIM	2 - NÃO	H 22. TELEFONE FIXO 1 - SIM 2 - NÃO
H 19. GERADOR.....	1 - SIM	2 - NÃO	H 23. BICICLETA 1 - SIM 2 - NÃO
			H 24. MOTORIZADA 1 - SIM 2 - NÃO

NÃO	H 25. AUTOMOVEL..... 1 - SIM 2 - NÃO
H 20. TELEVISOR..... 1 - SIM 2 - NÃO	

2

IV. LISTE AS PESSOAS PERTENCENTES A ESTE AGREGADO FAMILIAR QUE MORRERAM				
NOS ÚLTIMOS 12 MESES de 01/03/2008 a 28/02/2009				
N ^o	Nome	Sexo	Idade ao Falecer (em anos Completos)	Se for Mulher de 12 e mais anos, será que ela faleceu numa das seguintes condições?
M 01	M 02	M 03	M 04	M 05
1		1 - M 2 - F	_ _ _ _	1 - Durante a Gravidez, 2 - Durante o Parto, 3 - Até 45 dias depois do parto, 4 - Fora destas condições
2		1 - M 2 - F	_ _ _ _	1 - Durante a Gravidez, 2 - Durante o Parto, 3 - Até 45 dias depois do parto, 4 - Fora destas condições
3		1 - M 2 - F	_ _ _ _	1 - Durante a Gravidez, 2 - Durante o Parto, 3 - Até 45 dias depois do parto, 4 - Fora destas condições
4		1 - M 2 - F	_ _ _ _	1 - Durante a Gravidez, 2 - Durante o Parto, 3 - Até 45 dias depois do parto, 4 - Fora destas condições
5				1 - Durante a Gravidez,

		1 - M	_ _ _ _	2 – Durante o Parto,
		2 - F		3 – Até 45 dias depois do parto,
				4 – Fora destas condições

V. LISTE AS CRIANÇAS NASCIDAS NESTE AGREGADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES (de 01/03/2008 a 28/02/2009)

Nº	Nome da Criança	Sexo	Data de Nascimento	Nome da Mãe	Nº Mãe
N 01	N 02	N 03	N 04	N 05	N 06
1		1 - M 2 - F	_ _ _ / _ _ _ / 200 _ (DD / MM / AA A A)		
2		1 - M 2 - F	_ _ _ / _ _ _ / 200 _ (DD / MM / AA A A)		
3		1 - M 2 - F	_ _ _ / _ _ _ / 200 _ (DD / MM / AA A A)		
4		1 - M 2 - F	_ _ _ / _ _ _ / 200 _ (DD / MM / AA A A)		
5		1 - M 2 - F	_ _ _ / _ _ _ / 200 _ (DD / MM / AA A A)		

VI. ALGUÉM DESTA AGREGADO FAMILIAR EMIGROU PARA O ESTRANGEIRO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

(DESDE MARÇO DE 2004)

Nº	Nome	Sexo	Idade ao Emigrar (em anos Completos)	Relação de parentesco	País de Residencia	Ano de Partida
E 01	E 02	E 03	E 04	E 05	E 06	E 07

1		1 - M	_ _ _ _			200 _ _
		2 - F		_ _ _	_ _ _	
2		1 - M	_ _ _ _			200 _ _
		2 - F		_ _ _	_ _ _	
3		1 - M	_ _ _ _			200 _ _
		2 - F		_ _ _	_ _ _	
4		1 - M	_ _ _ _			200 _ _
		2 - F		_ _ _	_ _ _	
5		1 - M	_ _ _ _			200 _ _
		2 - F		_ _ _	_ _ _	

3

LISTA DOS MEMBROS DO AGRAGADO FAMILIAR

N.º	Nome da pessoa	Sexo
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		

11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		

P.1. N.º de ordem da pessoa _____

P.2. Nome completo _____

TODOS OS RECENSEADOS		P.14	Qual é a sua Religiao?
P.3	<p>1- Masculino</p> <p>Sex</p> <p>o: 2- Feminino</p>		<p>_____</p> <p> _ _ _ </p>
P.4	<p>Qual é a sua relação de parentesco com o Chefe do Agregado?</p> <p>_____</p> <p> _ _ _ </p>	P.15	<p>Qual é o principal Dialecto falado?</p> <p>_____</p> <p> _ _ _ </p>
P.5	<p>Qual é data do seu nascimento?</p> <p>Mês _ _ ; Ano _ _ _ _ </p>	P.16	<p>Questao sobre as Linguas Faladas</p> <p>(1). Fala Crioulo? 1 - SIM 2 - NÃO</p> <p>(2). Fala Portugues? 1 - SIM 2 - NÃO</p> <p>(3). Fala Francês? 1 - SIM 2 - NÃO</p> <p>(4). Fala Inglês? 1 - SIM 2 - NÃO</p> <p>(5). Fala Espanhol? 1 - SIM 2 -</p>
P.6	<p>Qual é a sua idade presumida?</p> <p><i>(Esta pergunta sera feita quando a pessoa não saba a data do nascimento)</i></p> <p> _ _ _ </p> <p><i>(Em anos completos)</i></p>		
P.7	<p>Qual é a sua situação de Residência?</p> <p>1- Residente presente</p> <p>2- Residente ausente</p> <p>3- Presente não residente →<u>Passa a pessoa</u></p>		

	seguinte		NÃO (6). Fala Russo? 1 - SIM 2 - NÃO (7). Fala uma outra Língua? 1 - SIM _____; 2 - NÃO
TODOS OS RESIDENTES		RESIDENTES COM 6 E MAIS ANOS	
P.8	Qual é a sua nacionalidade? _____ __ __	P.17	Sabe Ler e Escrever? 1 - Sim 2 - Não
P.9	Qual é a sua Etnia? _____ __ __	P.18	Frequenta/Frequentou um estabelecimento de ensino? 1 - <i>Frequento,</i> 2 - <i>Frequentei,</i> 3 - <i>Nunca Frequentei.</i>
P.10	Qual é o sector ou Pais do seu Nascimento? _____ __ __ __		
P.11	Qual é o Sector ou Pais da sua Residencia Anterior? _____ __ __	P.19	Qual é a classe mais elavada que concluiu com sucesso? <i>00 - quando esta a estudar a 1ª Classe, ou</i>

P.12	Ha quantos anos voce vive neste sector? _ _ _		<p><i>Frequentou</i></p> <p><i>e não conclui a 1ª Classe</i></p> <p><i>01 -1- Classes → P. 21,</i></p> <p><i>21-2- Ensino Profissional,</i></p> <p> _ _ _ </p> <p><i>31-33-Ensino Médio,</i></p> <p><i>41-47- Universitário</i></p>
P.13	Tem alguma Deficiência? 1 - Sim 2 – Não → <u>P.14</u>		
P.13. 1	Qual é a Deficiência? _____ _ _ _	Qual é a Causa? _____ _ _ _	P.20 Qual é a sua área de Formação? _____ _____ _ _ _ _
P.13. 2	Qual é a Deficiencia? _____ _ _ _	Qual é a Causa? _____ _ _ _	P.21 Qual é a sua condicao perante o trabalho, na semana de 23 -28 fevereiro? _____ 1- <i>Ocupado</i> → <u>P. 23,</u> 2- <i>Desempregado que ja trabalhou</i> } 3- <i>Domestico</i> → <u>P.22</u>
P.13. 3	Qual é a Deficiência? _____	Qual é a Causa? _____	

			<p>4- Desempregado que nunca trabalhou</p> <p>5- Estudante/Aluno,</p> <p>6- Reformado } </p> <p>7- Incapacitado → <u>P. 26</u></p> <p>0- Outro</p>
--	--	--	---

5

P.22	<p>Na semana de 23 -28 fevereiro, trabalhou/ajudou numa das seguintes actividades?</p> <p>1- Agricultura/Pesca,</p> <p>2- Criação de animais,</p> <p>3- Produção e venda de algum produto,</p> <p>4- Prestação de Serviços,</p> <p>5- Não realizou nada → <u>P. 26</u></p>	RESIDENTES COM 12 E MAIS ANOS	
		P.26	<p>Qual é o seu Estado Civil?</p> <p>1- Solteiro (a), → <u>P. 29</u></p> <p>2- Casado (a),</p> <p>3- Viuvo (a)</p> <p>4- Divorciado (a),</p> <p>5- Separado (a),</p>
P.23	<p>Qual foi a sua principal ocupação na semana de 23 -28 fevereiro</p> <p>perante o trabalho ou da ultima vez que trabalhou?</p> <hr/>	P.27	<p>Qual é a natureza da sua última união?</p> <p>1- Civil e religioso,</p> <p>2- Somente Civil,</p>

	<p>Indique a sua situação no trabalho na semana de 23 - 28 fevereiro ou da última vez que trabalhou.</p> <p>1- Administração Pública, Org. de Soberania,</p> <p>2- Empresa Parapública,</p> <p>3- Empresa Privada,</p> <p>4- Sector Informal,</p> <p>5- Conta Propria</p> <p>6- Patrao/empregador,</p> <p>7- Associação/Cooperativa,</p> <p>8- Trabalho familiar sem remuneração</p> <p>9- Aprendiz sem remuneração,</p> <p>0- Outro</p>		<p>3- Somente religioso</p> <p>4- Tradicional Monogamia,</p> <p>5- Tradicional Poligamia,</p> <p>6- União de facto</p>
P.24	<p>Qual é a actividade económica da Empresa ou Entidade onde trabalhou na semana de 23 -28 fevereiro, ou da última vez que trabalhou?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	P.25	<p>Quantos anos tinha a quando do seu primeiro Casamento?</p> <p>_____</p>

SOMENTE PARA MULHERES RESIDENTES COM IDADE ENTRE 12 E MAIS ANOS

P.29	Teve um parto na sua vida?	P.33	Dos filhos que nasceram vivos, quantos <u>morreram</u> ?
------	----------------------------	------	--

	1 - Sim 2 – Não → FIM da entrevista		<i>Masculino</i> __ __
P.30	Até a data presente, quantos Partos ja Teve? __ __		<i>Feminino</i> __ __ <i>Total</i> __ __
P.31	Dos partos que teve, quantos Filhos nasceram vivos? <i>Se nenhum, → FIM da entrevista</i>	P.34	Qual é o mes e o ano do nascimento do ultimo filho nascido vivo? __ __ __ __ __ __ Mês Ano
	<i>Masculino</i> __ __ <i>Feminino</i> __ __ <i>Total</i> __ __	P.35	Qual é o sexo do ultimo filho nascido vivo? 1 - Masculino 2 – Feminino
P.32	Dos filhos que nasceram vivos, quantos ainda estão <u>vivos</u> ? <i>Masculino</i> __ __ <i>Feminino</i> __ __ <i>Total</i> __ __	P.36	Esse filho ainda esta vivo? 1 - Sim → FIM da entrevista 2 – Não
		P.37	Qual é o mes e o ano do falecimento do ultimo filho nascido vivo? __ __ __ __ __ __ Mês Ano 99-. Não sabe

